

ANEXO I - Declaração de Atuação da Entidade**Entidade Candidata à vaga de representante da sociedade civil no COMAM**

Nome da entidade	Sindicato da Indústria do Ferro no Estado de Minas Gerais - SINDIFER		
Segmento	Representante de Entidade Patronal da Indústria		
Endereço	Av. Contorno, 4480, sala 1107- Funcionários Belo Horizonte CEP 30110-028	E-mail	
CNPJ	17.435.835/0001-77	Data de Fundação	30/04/1933
Membros da Diretoria			
<p>PRESIDENTE: Fausto Varela Cançado</p> <p>CONSELHO DELIBERATIVO:</p> <p>Rodrigo Kaukal Valladares – Presidente do Conselho Bernardo Andrade Valadares Gontijo Bruno Melo Lima Dúlio Diniz de Rezende Elísio Queiroz Carneiro Fausto Varela Cançado Frederico Henriques Lima e Silva Lúcio Flávio de Moura Luiz Felipe Bhering de Carvalho Rafael Pentagna Guimarães Salazar Ronan Eustáquio da Silva</p> <p>CONSELHO FISCAL:</p> <p>Geraldo Basques – (Titular) Urbano Ferraz Gontijo – (Titular) Sérvulo Figueiredo Godoy – (Suplente)</p>			
Descrição das Atividades Realizadas			
ANO 1	<p>2025</p> <p>Participações Institucionais e Atuação Técnica Presidência da Câmara da Indústria de Base Florestal – FIEMG Atuação como presidente da Câmara da Indústria de Base Florestal da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), liderando os trabalhos e iniciativas voltados ao desenvolvimento do setor industrial que utiliza produtos e subprodutos de origem florestal como insumo ou matéria-prima. Responsável pela articulação entre representantes do setor produtivo, meio acadêmico e órgãos governamentais, visando à formulação de políticas ambientais que</p>		

	<p>promovam o equilíbrio entre a produção industrial e a conservação dos recursos naturais. Membro da Câmara da Indústria de Metalurgia, Siderurgia e Mineração – FIEMG Participação ativa como membro desta Câmara permanente, com foco específico nas áreas de sustentabilidade, produtividade e responsabilidade social. A atuação envolve discussões estratégicas, reuniões periódicas e integração em grupos de trabalho voltados para temas específicos do setor, contribuindo com conhecimento técnico e propostas para o fortalecimento da indústria mineira. Membro do Conselho de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Representação ativa no Conselho, contribuindo para a discussão e formulação de políticas ambientais voltadas à convivência harmoniosa entre o setor produtivo e o meio ambiente. Participação em reuniões periódicas, eventos técnicos e grupos de trabalho especializados, com foco na construção de soluções sustentáveis para o desenvolvimento industrial. Participação no V Encontro Nacional dos Municípios Mineradores – AMIG (2025) Presença nos dias 20 e 21 de agosto de 2025 no evento promovido pela Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil (AMIG), que reuniu representantes do setor mineral e de administrações municipais para debater os desafios e oportunidades da relação entre as indústrias mineradoras e os territórios onde estão inseridas. Membro Efetivo da Câmara Técnica Especializada de Atividades Minerárias – CMI, do COPAM Representando organizações não governamentais legalmente constituídas no Estado, atua como membro efetivo da CMI no Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM). Responsável pela análise técnica e normativa de atividades minerárias, com foco na proteção, conservação e melhoria do meio ambiente, contribuindo de forma qualificada para a regulação e licenciamento ambiental do setor. Elaboração do Anuário Estatístico dos Setores de Siderurgia e Metalurgia – Minas Gerais Responsável pela coordenação e elaboração de uma das publicações mais completas sobre o desempenho dos setores de siderurgia e metalurgia no Estado de Minas Gerais, incluindo dados relativos à produção, exportações, investimentos, geração de empregos e indicadores de sustentabilidade. O anuário é amplamente utilizado por pesquisadores, investidores, órgãos governamentais e demais interessados em análises setoriais e decisões estratégicas.</p>
ANO 2	<p>2024</p> <p>Participações Institucionais e Atuação Técnica Presidência da Câmara da Indústria de Base Florestal – FIEMG Atuação como presidente da Câmara da Indústria de Base Florestal da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), liderando os trabalhos e iniciativas voltados ao desenvolvimento do setor industrial que utiliza produtos e subprodutos de origem florestal como insumo ou matéria-prima. Responsável pela articulação entre representantes do setor produtivo, meio acadêmico e órgãos governamentais, visando à formulação de políticas ambientais que promovam o equilíbrio entre a produção industrial e a conservação dos recursos naturais. Membro da Câmara da Indústria de Metalurgia, Siderurgia e Mineração – FIEMG Participação ativa como membro desta Câmara permanente, com foco específico nas áreas de sustentabilidade, produtividade e responsabilidade social. A atuação envolve discussões estratégicas, reuniões periódicas e integração em grupos de trabalho voltados para temas específicos do setor, contribuindo com conhecimento técnico e propostas para o fortalecimento da indústria mineira. Membro do</p>

	<p>Conselho de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável</p> <p>Representação ativa no Conselho, contribuindo para a discussão e formulação de políticas ambientais voltadas à convivência harmoniosa entre o setor produtivo e o meio ambiente. Participação em reuniões periódicas, eventos técnicos e grupos de trabalho especializados, com foco na construção de soluções sustentáveis para o desenvolvimento industrial.</p> <p>Membro Efetivo da Câmara Técnica Especializada de Atividades Minerárias – CMI, do COPAM Representando organizações não governamentais legalmente constituídas no Estado, atua como membro efetivo da CMI no Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM). Responsável pela análise técnica e normativa de atividades minerárias, com foco na proteção, conservação e melhoria do meio ambiente, contribuindo de forma qualificada para a regulação e licenciamento ambiental do setor.</p> <p>Elaboração do Anuário Estatístico dos Setores de Siderurgia e Metalurgia – Minas Gerais Responsável pela coordenação e elaboração de uma das publicações mais completas sobre o desempenho dos setores de siderurgia e metalurgia no Estado de Minas Gerais, incluindo dados relativos à produção, exportações, investimentos, geração de empregos e indicadores de sustentabilidade. O anuário é amplamente utilizado por pesquisadores, investidores, órgãos governamentais e demais interessados em análises setoriais e decisões estratégicas.</p>
ANO 3	<p>2023</p> <p>Participações Institucionais e Atuação Técnica</p> <p>Presidência da Câmara da Indústria de Base Florestal – FIEMG</p> <p>Atuação como presidente da Câmara da Indústria de Base Florestal da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), liderando os trabalhos e iniciativas voltados ao desenvolvimento do setor industrial que utiliza produtos e subprodutos de origem florestal como insumo ou matéria-prima. Responsável pela articulação entre representantes do setor produtivo, meio acadêmico e órgãos governamentais, visando à formulação de políticas ambientais que promovam o equilíbrio entre a produção industrial e a conservação dos recursos naturais.</p> <p>Membro da Câmara da Indústria de Metalurgia, Siderurgia e Mineração – FIEMG</p> <p>Participação ativa como membro desta Câmara permanente, com foco específico nas áreas de sustentabilidade, produtividade e responsabilidade social. A atuação envolve discussões estratégicas, reuniões periódicas e integração em grupos de trabalho voltados para temas específicos do setor, contribuindo com conhecimento técnico e propostas para o fortalecimento da indústria mineira.</p> <p>Membro do Conselho de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável</p> <p>Representação ativa no Conselho, contribuindo para a discussão e formulação de políticas ambientais voltadas à convivência harmoniosa entre o setor produtivo e o meio ambiente. Participação em reuniões periódicas, eventos técnicos e grupos de trabalho especializados, com foco na construção de soluções sustentáveis para o desenvolvimento industrial.</p> <p>Membro Efetivo da Câmara Técnica Especializada de Atividades Minerárias – CMI, do COPAM Representando organizações não governamentais legalmente constituídas no Estado, atua como membro efetivo da CMI no Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM). Responsável pela análise técnica e normativa de atividades minerárias, com foco na proteção, conservação e melhoria do meio ambiente, contribuindo de forma qualificada para a regulação e licenciamento ambiental do setor.</p> <p>Elaboração do Anuário Estatístico dos Setores de Siderurgia e Metalurgia –</p>

	<p>Minas Gerais Responsável pela coordenação e elaboração de uma das publicações mais completas sobre o desempenho dos setores de siderurgia e metalurgia no Estado de Minas Gerais, incluindo dados relativos à produção, exportações, investimentos, geração de empregos e indicadores de sustentabilidade. O anuário é amplamente utilizado por pesquisadores, investidores, órgãos governamentais e demais interessados em análises setoriais e decisões estratégicas.</p>
Assinatura (Representante Legal da Entidade)	
<div><div><div>FAUSTO VARELA</div><div>CANCADO:</div></div><div><div>Assinado de forma digital por FAUSTO VARELA CANCADO</div><div>Fausto Varela Cancado</div></div></div>	

ANEXO I - Declaração de Atuação da Entidade**Entidade Candidata à vaga de representante da sociedade civil no COMAM**

Nome da entidade	Sindicato da Indústria do Ferro no Estado de Minas Gerais - SINDIFER		
Segmento	Representante de Entidade Patronal da Indústria		
Endereço	Av. Contorno, 4480, sala 1107- Funcionários Belo Horizonte CEP 30110-028	E-mail	
CNPJ	17.435.835/0001-77	Data de Fundação	30/04/1933
Membros da Diretoria			
<p>PRESIDENTE: Fausto Varela Cançado</p> <p>CONSELHO DELIBERATIVO:</p> <p>Rodrigo Kaukal Valladares – Presidente do Conselho Bernardo Andrade Valadares Gontijo Bruno Melo Lima Dúlio Diniz de Rezende Elísio Queiroz Carneiro Fausto Varela Cançado Frederico Henriques Lima e Silva Lúcio Flávio de Moura Luiz Felipe Bhering de Carvalho Rafael Pentagna Guimarães Salazar Ronan Eustáquio da Silva</p> <p>CONSELHO FISCAL:</p> <p>Geraldo Basques – (Titular) Urbano Ferraz Gontijo – (Titular) Sérvulo Figueiredo Godoy – (Suplente)</p>			
Descrição das Atividades Realizadas			
ANO 1	<p>2025</p> <p>Participações Institucionais e Atuação Técnica Presidência da Câmara da Indústria de Base Florestal – FIEMG Atuação como presidente da Câmara da Indústria de Base Florestal da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), liderando os trabalhos e iniciativas voltados ao desenvolvimento do setor industrial que utiliza produtos e subprodutos de origem florestal como insumo ou matéria-prima. Responsável pela articulação entre representantes do setor produtivo, meio acadêmico e órgãos governamentais, visando à formulação de políticas ambientais que</p>		

	<p>promovam o equilíbrio entre a produção industrial e a conservação dos recursos naturais. Membro da Câmara da Indústria de Metalurgia, Siderurgia e Mineração – FIEMG Participação ativa como membro desta Câmara permanente, com foco específico nas áreas de sustentabilidade, produtividade e responsabilidade social. A atuação envolve discussões estratégicas, reuniões periódicas e integração em grupos de trabalho voltados para temas específicos do setor, contribuindo com conhecimento técnico e propostas para o fortalecimento da indústria mineira. Membro do Conselho de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Representação ativa no Conselho, contribuindo para a discussão e formulação de políticas ambientais voltadas à convivência harmoniosa entre o setor produtivo e o meio ambiente. Participação em reuniões periódicas, eventos técnicos e grupos de trabalho especializados, com foco na construção de soluções sustentáveis para o desenvolvimento industrial. Participação no V Encontro Nacional dos Municípios Mineradores – AMIG (2025) Presença nos dias 20 e 21 de agosto de 2025 no evento promovido pela Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil (AMIG), que reuniu representantes do setor mineral e de administrações municipais para debater os desafios e oportunidades da relação entre as indústrias mineradoras e os territórios onde estão inseridas. Membro Efetivo da Câmara Técnica Especializada de Atividades Minerárias – CMI, do COPAM Representando organizações não governamentais legalmente constituídas no Estado, atua como membro efetivo da CMI no Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM). Responsável pela análise técnica e normativa de atividades minerárias, com foco na proteção, conservação e melhoria do meio ambiente, contribuindo de forma qualificada para a regulação e licenciamento ambiental do setor. Elaboração do Anuário Estatístico dos Setores de Siderurgia e Metalurgia – Minas Gerais Responsável pela coordenação e elaboração de uma das publicações mais completas sobre o desempenho dos setores de siderurgia e metalurgia no Estado de Minas Gerais, incluindo dados relativos à produção, exportações, investimentos, geração de empregos e indicadores de sustentabilidade. O anuário é amplamente utilizado por pesquisadores, investidores, órgãos governamentais e demais interessados em análises setoriais e decisões estratégicas.</p>
ANO 2	<p>2024</p> <p>Participações Institucionais e Atuação Técnica Presidência da Câmara da Indústria de Base Florestal – FIEMG Atuação como presidente da Câmara da Indústria de Base Florestal da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), liderando os trabalhos e iniciativas voltados ao desenvolvimento do setor industrial que utiliza produtos e subprodutos de origem florestal como insumo ou matéria-prima. Responsável pela articulação entre representantes do setor produtivo, meio acadêmico e órgãos governamentais, visando à formulação de políticas ambientais que promovam o equilíbrio entre a produção industrial e a conservação dos recursos naturais. Membro da Câmara da Indústria de Metalurgia, Siderurgia e Mineração – FIEMG Participação ativa como membro desta Câmara permanente, com foco específico nas áreas de sustentabilidade, produtividade e responsabilidade social. A atuação envolve discussões estratégicas, reuniões periódicas e integração em grupos de trabalho voltados para temas específicos do setor, contribuindo com conhecimento técnico e propostas para o fortalecimento da indústria mineira. Membro do</p>

	<p>Conselho de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável</p> <p>Representação ativa no Conselho, contribuindo para a discussão e formulação de políticas ambientais voltadas à convivência harmoniosa entre o setor produtivo e o meio ambiente. Participação em reuniões periódicas, eventos técnicos e grupos de trabalho especializados, com foco na construção de soluções sustentáveis para o desenvolvimento industrial.</p> <p>Membro Efetivo da Câmara Técnica Especializada de Atividades Minerárias – CMI, do COPAM Representando organizações não governamentais legalmente constituídas no Estado, atua como membro efetivo da CMI no Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM). Responsável pela análise técnica e normativa de atividades minerárias, com foco na proteção, conservação e melhoria do meio ambiente, contribuindo de forma qualificada para a regulação e licenciamento ambiental do setor.</p> <p>Elaboração do Anuário Estatístico dos Setores de Siderurgia e Metalurgia – Minas Gerais Responsável pela coordenação e elaboração de uma das publicações mais completas sobre o desempenho dos setores de siderurgia e metalurgia no Estado de Minas Gerais, incluindo dados relativos à produção, exportações, investimentos, geração de empregos e indicadores de sustentabilidade. O anuário é amplamente utilizado por pesquisadores, investidores, órgãos governamentais e demais interessados em análises setoriais e decisões estratégicas.</p>
ANO 3	<p>2023</p> <p>Participações Institucionais e Atuação Técnica</p> <p>Presidência da Câmara da Indústria de Base Florestal – FIEMG</p> <p>Atuação como presidente da Câmara da Indústria de Base Florestal da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), liderando os trabalhos e iniciativas voltados ao desenvolvimento do setor industrial que utiliza produtos e subprodutos de origem florestal como insumo ou matéria-prima. Responsável pela articulação entre representantes do setor produtivo, meio acadêmico e órgãos governamentais, visando à formulação de políticas ambientais que promovam o equilíbrio entre a produção industrial e a conservação dos recursos naturais.</p> <p>Membro da Câmara da Indústria de Metalurgia, Siderurgia e Mineração – FIEMG</p> <p>Participação ativa como membro desta Câmara permanente, com foco específico nas áreas de sustentabilidade, produtividade e responsabilidade social. A atuação envolve discussões estratégicas, reuniões periódicas e integração em grupos de trabalho voltados para temas específicos do setor, contribuindo com conhecimento técnico e propostas para o fortalecimento da indústria mineira.</p> <p>Membro do Conselho de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável</p> <p>Representação ativa no Conselho, contribuindo para a discussão e formulação de políticas ambientais voltadas à convivência harmoniosa entre o setor produtivo e o meio ambiente. Participação em reuniões periódicas, eventos técnicos e grupos de trabalho especializados, com foco na construção de soluções sustentáveis para o desenvolvimento industrial.</p> <p>Membro Efetivo da Câmara Técnica Especializada de Atividades Minerárias – CMI, do COPAM Representando organizações não governamentais legalmente constituídas no Estado, atua como membro efetivo da CMI no Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM). Responsável pela análise técnica e normativa de atividades minerárias, com foco na proteção, conservação e melhoria do meio ambiente, contribuindo de forma qualificada para a regulação e licenciamento ambiental do setor.</p> <p>Elaboração do Anuário Estatístico dos Setores de Siderurgia e Metalurgia –</p>

	<p>Minas Gerais Responsável pela coordenação e elaboração de uma das publicações mais completas sobre o desempenho dos setores de siderurgia e metalurgia no Estado de Minas Gerais, incluindo dados relativos à produção, exportações, investimentos, geração de empregos e indicadores de sustentabilidade. O anuário é amplamente utilizado por pesquisadores, investidores, órgãos governamentais e demais interessados em análises setoriais e decisões estratégicas.</p>
Assinatura (Representante Legal da Entidade)	
<div><div><div>FAUSTO VARELA CANCADO:</div><div></div></div><div><div>Assinado de forma digital por FAUSTO VARELA CANCADO</div><div>Dados:</div></div><div>Fausto Varela Cançado</div></div>	

ANEXO II - Carta de Credenciamento

DADOS DA ENTIDADE CANDIDATA:

- ☐ 1 (um) representante de organizações da sociedade civil com atuação mínima comprovada de 3 (três) anos na área ambiental;
- ☐ 1 (um) representante de organizações da sociedade civil com atuação mínima comprovada de 3 (três) anos na área de proteção e bem-estar animal;
- ☐ 1 (um) representante de associações de moradores com atuação mínima comprovada de 3 (três) anos na área ambiental;
- ☒ **1 (um) representante de entidade patronal da indústria com atuação mínima comprovada de 3 (três) anos na área de desenvolvimento econômico;**
- ☐ 1 (um) representante de entidade patronal do comércio com atuação mínima comprovada de 3 (três) anos na área de desenvolvimento econômico;
- ☐ 1 (um) representante de entidade representativa de categorias de profissionais liberais com atuação mínima comprovada de 3 (três) anos na área ambiental;
- ☐ 1 (um) representante de universidade ou de unidade de ensino superior, pública ou particular.

Nome da entidade: Sindicato da Indústria do Ferro no Estado de Minas Gerais.

CNPJ: 17.435.835-/0001-77.

Sede: Av. do Contorno, 4.480, sala 1107, Funcionários, Belo Horizonte, Minas Gerais.

Representante legal: Fausto Varela Cançado.

Contato (telefone e e-mail): [REDACTED]

DADOS DO REPRESENTANTE INDICADO PARA CANDIDATURA AO COMAM:

Nome: Fausto Varela Cançado

Profissão: Engenheiro

Qualificação: Presidente do Sindicato da Indústria do Ferro no Estado de Minas Gerais – SINDIFER – 6º. Mandato Entidade sindical que representa as indústrias produtoras de Ferro Gusa em Minas Gerais; Tem como associadas indústrias de outros estados, sendo 2 (duas) no Espírito Santo e 2 (duas) no Mato Grosso do Sul, além de 4 (quatro) produtoras de aço em Minas Gerais

Vínculo com a entidade: Presidente

Registro Civil: [REDACTED]

CPF: [REDACTED]

Estado Civil: Casado.

Naturalidade: Belo Horizonte.

Endereço: [REDACTED]

Pelo presente, requeremos habilitação da entidade e designamos o representante* acima qualificado para concorrer à vaga de membro do Conselho Municipal do Meio Ambiente, nos termos do Edital de Convocação SMMA nº 002/2025.

Belo Horizonte, 05 / 11 / 2025

FAUSTO VARELA
CANCADO: [REDACTED]

Assinado de forma digital por FAUSTO
VARELA CANCADO: [REDACTED]

Assinatura do representante legal da entidade

FAUSTO VARELA
CANCADO: [REDACTED]

Assinado de forma digital por FAUSTO
VARELA CANCADO: [REDACTED]
Dados: [REDACTED]

Assinatura do Candidato

ANEXO II - Carta de Credenciamento

DADOS DA ENTIDADE CANDIDATA:

- ☐ 1 (um) representante de organizações da sociedade civil com atuação mínima comprovada de 3 (três) anos na área ambiental;
- ☐ 1 (um) representante de organizações da sociedade civil com atuação mínima comprovada de 3 (três) anos na área de proteção e bem-estar animal;
- ☐ 1 (um) representante de associações de moradores com atuação mínima comprovada de 3 (três) anos na área ambiental;
- ☒ **1 (um) representante de entidade patronal da indústria com atuação mínima comprovada de 3 (três) anos na área de desenvolvimento econômico;**
- ☐ 1 (um) representante de entidade patronal do comércio com atuação mínima comprovada de 3 (três) anos na área de desenvolvimento econômico;
- ☐ 1 (um) representante de entidade representativa de categorias de profissionais liberais com atuação mínima comprovada de 3 (três) anos na área ambiental;
- ☐ 1 (um) representante de universidade ou de unidade de ensino superior, pública ou particular.

Nome da entidade: Sindicato da Indústria do Ferro no Estado de Minas Gerais.

CNPJ: 17.435.835-/0001-77.

Sede: Av. do Contorno, 4.480, sala 1107, Funcionários, Belo Horizonte, Minas Gerais.

Representante legal: Fausto Varela Cançado.

Contato (telefone e e-mail): [REDACTED]

DADOS DO REPRESENTANTE INDICADO PARA CANDIDATURA AO COMAM:

Nome: Fausto Varela Cançado

Profissão: Engenheiro

Qualificação: Presidente do Sindicato da Indústria do Ferro no Estado de Minas Gerais – SINDIFER – 6º. Mandato Entidade sindical que representa as indústrias produtoras de Ferro Gusa em Minas Gerais; Tem como associadas indústrias de outros estados, sendo 2 (duas) no Espírito Santo e 2 (duas) no Mato Grosso do Sul, além de 4 (quatro) produtoras de aço em Minas Gerais

Vínculo com a entidade: Presidente

Registro Civil: [REDACTED]

CPF: [REDACTED]

Estado Civil: Casado.

Naturalidade: Belo Horizonte.

Endereço: [REDACTED]

Contato (telefone e e-mail): [REDACTED]

Pelo presente, requeremos habilitação da entidade e designamos o representante* acima qualificado para concorrer à vaga de membro do Conselho Municipal do Meio Ambiente, nos termos do Edital de Convocação SMMA nº 002/2025.

Belo Horizonte, 05 / 11 / 2025

FAUSTO VARELA
CANCADO [REDACTED]

Assinado de forma digital por FAUSTO
VARELA CANCADO [REDACTED]

Assinatura do representante legal da entidade

FAUSTO VARELA
CANCADO [REDACTED]

Assinado de forma digital por FAUSTO
VARELA CANCADO [REDACTED]
Dados [REDACTED]

Assinatura do Candidato

ANEXO III

Declaração de inexistência de vínculo funcional do representante da entidade com o poder público municipal, estadual ou federal

Em conformidade com o disposto no Edital do COMAM, sob pena de anulação da inscrição da entidade que represento, DECLARO, para os devidos fins:

Não possuir vínculo de qualquer natureza com o Poder Público Municipal, Estadual ou Federal, seja como servidor, empregado, contratado, terceirizado ou por intermédio de empresa prestadora de serviços ou de natureza similar.

Sou sabedor que a inveracidade das declarações neste ato proferidas acarretará consequências administrativas e judiciais cabíveis no âmbito do Edital do COMAM Biênio 2025-2027 e tornarão nula de pleno direito a inscrição da entidade a que represento.

Belo Horizonte, 05 / 11 / 2025

FAUSTO VARELA
CANCADO. [REDACTED]

Assinado de forma digital por FAUSTO
VARELA CANCADO
Dados: [REDACTED]

Assinatura do Candidato



**Sindicato da Indústria do Ferro
no Estado de Minas Gerais**

SINDICATO DA INDÚSTRIA DO FERRO NO ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF: 17.435.835/0001-77

ESTATUTO

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, FINALIDADE E ASSOCIAÇÃO

Art. 1º - O SINDICATO DA INDÚSTRIA DO FERRO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, com sede e foro em Belo Horizonte, à Av. do Contorno, 4.480, sala 1107, bairro Funcionários, Estado de Minas Gerais, CEP 30.110-028, é constituído para duração por prazo indeterminado, para fins de estudo, coordenação, proteção e representação legal da categoria econômica das indústrias siderúrgicas de ferro a ele vinculadas, com base territorial em Minas Gerais, para os municípios Abadia dos Dourados, Abaeté, Abre-Campo, Acaíaca, Água Boa, Água Comprida, Aguanil, Águas Formosas, Águas Vermelhas, Aimorés, Aiuruoca, Alagoa, Albertina, Além Paraíba, Alfenas, Alfredo Vasconcelos, Almenara, Alpercata, Alpinópolis, Alterosa, Alto Caparaó, Alto Jequitibá, Alto Rio Doce, Alvarenga, Alvinópolis, Alvorada de Minas, Amparo da Serra, Andradas, Andrelândia, Angelândia, Antônio Carlos, Antônio Dias, Antônio Prado de Minas, Araçai, Aracitaba, Araçuaí, Araguari, Arantina, Araponga, Araporã, Arapuá, Araújo, Araxá, Arceburgo, Arcos, Areado, Argirita, Aricanduva, Arinos, Astolfo Dutra, Ataléia, Augusto de Lima, Baependi, Baldim, Bambuí, Bandeira, Bandeira do Sul, Barão de Cocais, Barão de Monte Alto, Barbacena, Barra Longa, Barroso, Bela Vista de Minas, Belmiro Braga, Belo Horizonte, Belo Vale, Berilo, Berizal, Bertópolis, Betim, Bias Fortes, Bicas, Biquinhas, Boa Esperança, Bocaina de Minas, Bocaiuva, Bom Despacho, Bom Jardim de Minas, Bom Jesus da Penha, Bom Jesus do Amparo, Bom Jesus do Galho, Bom Repouso, Bom Sucesso, Bonfim, Bonfinópolis de Minas, Bonito de Minas, Borda da Mata, Botelhos, Botumirim, Brás Pires, Brasilândia de Minas, Brasília de Minas, Braúnas, Brazópolis, Brumadinho, Bueno Brandão, Buenópolis, Bugre, Buritis, Buritizeiro, Cabeceira Grande, Cabo Verde, Cachoeira da Prata, Cachoeira de Minas, Cachoeira de Pajeú, Cachoeira Dourada, Caetanópolis, Caeté, Caiana, Cajuri, Caldas, Camacho, Camacho, Camanducaia, Cambuí, Cambuí, Cambuquira, Campanário, Campanha, Campestre, Campina Verde, Campo Azul, Campo Belo, Campo do Meio, Campo Florido, Campos Altos, Campos Gerais, Cana Verde, Canaã, Canápolis, Candeias, Cantagalo, Caparaó, Capela Nova, Capelinha, Capetinga, Capim Branco, Capinópolis, Capitão Andrade, Capitão Enéas, Capitólio, Caputira, Carai, Caranaíba, Carandaí, Carangola, Caratinga, Carbonita, Careçu, Carlos Chagas, Carmésia, Carmo da Cachoeira, Carmo da Mata, Carmo de Minas, Carmo do Cajuru, Carmo do Paranaíba, Carmo do Rio Claro, Carmópolis de Minas, Carneirinho, Carrancas, Carvalhópolis, Carvalhos, Casa Grande, Cascalho Rico,



**Sindicato da Indústria do Ferro
no Estado de Minas Gerais**

Cássia, Cataguases, Catas Altas, Catas Altas da Noruega, Catuji, Caxambu, Cedro do Abaeté, Central de Minas, Centralina, Chácara, Chalé, Chapada do Norte, Chapada Gaúcha, Chiador, Cipotânea, Claraval, Claro dos Poções, Cláudio, Coimbra, Coluna, Comendador Gomes, Comercinho, Conceição da Aparecida, Conceição da Barra de Minas, Conceição das Alagoas, Conceição das Pedras, Conceição de Ipanema, Conceição do Mato Dentro, Conceição do Pará, Conceição do Rio Verde, Conceição dos Ouros, Cônego Marinho, Confins, Congonhal, Congonhas, Congonhas do Norte, Conquista, Conselheiro Lafaiete, Conselheiro Pena, Consolação, Contagem, Coqueiral, Coração de Jesus, Cordisburgo, Cordislândia, Corinto, Coroaci, Coromandel, Coronel Fabriciano, Coronel Murta, Coronel Pacheco, Coronel Xavier Chaves, Córrego Danta, Córrego do Bom Jesus, Córrego Fundo, Córrego Novo, Couto de Magalhães de Minas, Crisólita, Cristais, Cristália, Cristiano Ottoni, Cristina, Crucilândia, Cruzeiro da Fortaleza, Cruzília, Cuparaque, Curral de Dentro, Curvelo, Datas, Delfim Moreira, Delfinópolis, Delta, Descoberto, Desterro de Entre Rios, Desterro do Melo, Diamantina, Diogo de Vasconcelos, Dionísio, Divinésia, Divino, Divino das Laranjeiras, Divinolândia de Minas, Divinópolis, Divisa Alegre, Divisa Nova, Divisópolis, Dom Bosco, Dom Cavati, Dom Joaquim, Dom Silvério, Dom Viçoso, Dona Eusébia, Dolores de Campos, Dolores de Guanhanes, Dolores do Indaiá, Dolores do Turvo, Doloresópolis, Douradoquara, Durandé, Elói Mendes, Engenheiro Caldas, Engenheiro Navarro, Entre Folhas, Entre Rios de Minas, Ervália, Esmeraldas, Espera Feliz, Espinosa, Espírito Santo do Dourado, Estiva, Estrela Dalva, Estrela do Indaiá, Estrela do Sul, Eugenópolis, Ewbank da Câmara, Extrema, Fama, Faria Lemos, Felício dos Santos, Felisburgo, Felixlândia, Fernandes Tourinho, Ferros, Fervedouro, Florestal, Formiga, Formoso, Fortaleza de Minas, Fortuna de Minas, Francisco Badaró, Francisco Dumont, Francisco Sá, Franciscópolis, Frei Gaspar, Frei Inocência, Frei Lagonegro, Fronteira, Fronteira dos Vales, Fruta de Leite, Frutal, Funilândia, Galileia, Gameleiras, Glaucilândia, Goiabeira, Goianá, Gonçalves, Gonzaga, Gouveia, Governador Valadares, Grão Mogol, Grupiara, Guanhanes, Guapé, Guaraciaba, Guaraciama, Guaranésia, Guarani, Guarará, Guarda-Mor, Guaxupé, Guidoal, Guimarães, Guiricema, Gurinhata, Heliadora, Iapu, Ibertioga, Ibiá, Ibiatã, Ibiracatu, Ibiraci, Ibitiré, Ibitiúra de Minas, Ibituruna, Icarai de Minas, Igarapé, Igaratinga, Iguatama, Ijaci, Ilícinea, Imbé de Minas, Inconfidentes, Indaiabira, Indianópolis, Ingaí, Inhapim, Inhaúma, Inimutaba, Ipaba, Ipanema, Ipatinga, Ipiacú, Ipuíuna, Iraí de Minas, Itabira, Itabirinha, Itabirito, Itacambira, Itacarambi, Itaguara, Itaipé, Itajubá, Itamarandiba, Itamarati de Minas, Itambacuri, Itambé do Mato Dentro, Itamogi, Itamonte, Itanhandu, Itanhomi, Itaobim, Itapagipe, Itapeccerica, Itapeva, Itatiaiuçu, Itaú de Minas, Itaúna, Itaverava, Itinga, Itueta, Ituiutaba, Itumirim, Iturama, Itutinga, Jaboticatubas, Jacinto, Jacuí, Jacutinga, Jaguaracu, Jaíba, Jampruca, Janaúba, Januária, Japaraíba, Japonvar, Jeceaba, Jenipapo de Minas, Jequeri, Jequitaiá, Jequitibá, Jequitinhonha, Jesuânia, Joáima, Joanésia, João Monlevade, João Pinheiro, Joaquim Felício, Jordânia, José Gonçalves de Minas, José Raydan, Josenópolis, Juatuba, Juiz de Fora, Juramento, Juruaia, Juvenília, Ladainha, Lagamar, Lagoa da Prata, Lagoa dos Patos, Lagoa Dourada, Lagoa Formosa, Lagoa Grande, Lagoa Santa, Lajinha, Lambari, Lamim, Laranjal, Lassance, Lavras, Leandro Ferreira, Leme do Prado, Leopoldina, Liberdade, Lima Duarte, Limeira do Oeste, Lontra, Luisburgo, Luislândia, Luminárias, Luz,



**Sindicato da Indústria do Ferro
no Estado de Minas Gerais**

Machacalis, Machado, Madre de Deus de Minas, Malacacheta, Mamonas, Manga, Manhuaçu, Manhumirim, Mantena, Mar de Espanha, Maravilhas, Maria da Fé, Mariana, Marilac, Mário Campos, Maripá de Minas, Marliéria, Marmelópolis, Martinho Campos, Martins Soares, Mata Verde, Materlândia, Mateus Leme, Mathias Lobato, Matias Barbosa, Matias Cardoso, Matipó, Mato Verde, Matozinhos, Matutina, Medeiros, Medina, Mendes Pimentel, Mercês, Mesquita, Minas Novas, Minduri, Mirabela, Miradouro, Mirai, Miravânia, Moeda, Moema, Monjolos, Monsenhor Paulo, Montalvânia, Monte Alegre de Minas, Monte Azul, Monte Belo, Monte Carmelo, Monte Formoso, Monte Santo de Minas, Monte Sião, Montes Claros, Montezuma, Morada Nova de Minas, Morro da Garça, Morro do Pilar, Munhoz, Muriaé, Mutum, Muzambinho, Nacip Raydan, Nanuque, Naque, Natalândia, Natércia, Nazareno, Nepomuceno, Ninheira, Nova Belém, Nova Era, Nova Lima, Nova Módica, Nova Ponte, Nova Porteirinha, Nova Resende, Nova Serrana, Nova União, Novo Cruzeiro, Novo Oriente de Minas, Novorizonte, Olaria, Olhos-d'Água, Olímpio Noronha, Oliveira, Oliveira Fortes, Onça de Pitangui, Oratórios, Orizânia, Ouro Branco, Ouro Fino, Ouro Preto, Ouro Verde de Minas, Padre Carvalho, Padre Paraíso, Pai Pedro, Paineiras, Pains, Paiva, Palma, Palmópolis, Papagaios, Pará de Minas, Paracatu, Paraguaçu, Paraisópolis, Paraopeba, Passa Tempo, Passa-Quatro, Passa-Vinte, Passabém, Passos, Patis, Patos de Minas, Patrocínio, Patrocínio do Muriaé, Paula Cândido, Paulistas, Pavão, Peçanha, Pedra Azul, Pedra Bonita, Pedra do Anta, Pedra do Indaiá, Pedra Dourada, Pedralva, Pedras de Maria da Cruz, Pedrinópolis, Pedro Leopoldo, Pedro Teixeira, Pequeri, Pequi, Perdígão, Perdizes, Perdões, Periquito, Pescador, Piau, Piedade de Caratinga, Piedade de Ponte Nova, Piedade do Rio Grande, Piedade dos Gerais, Pimenta, Pingo-d'Água, Pintópolis, Piracema, Pirajuba, Piranga, Piranguçu, Piranguinho, Pirapetinga, Pirapora, Piraúba, Pitangui, Piumhi, Planura, Poço Fundo, Poços de Caldas, Pocrane, Pompéu, Ponte Nova, Ponto Chique, Ponto dos Volantes, Porteirinha, Porto Firme, Poté, Pouso Alegre, Pouso Alto, Prados, Prata, Pratápolis, Pratinha, Presidente Bernardes, Presidente Juscelino, Presidente Kubitschek, Presidente Olegário, Prudente de Moraes, Quartel Geral, Queluzito, Raposos, Raul Soares, Recreio, Reduto, Resende Costa, Resplendor, Ressaquinha, Riachinho, Riacho dos Machados, Ribeirão das Neves, Ribeirão Vermelho, Rio Acima, Rio Casca, Rio do Prado, Rio Doce, Rio Espera, Rio Manso, Rio Novo, Rio Paranaíba, Rio Pardo de Minas, Rio Piracicaba, Rio Pomba, Rio Preto, Rio Vermelho, Ritópolis, Rochedo de Minas, Rodeiro, Romaria, Rosário da Limeira, Rubelita, Rubim, Sabará, Sabinópolis, Sacramento, Salinas, Salto da Divisa, Santa Bárbara, Santa Bárbara do Leste, Santa Bárbara do Monte Verde, Santa Bárbara do Tugúrio, Santa Cruz de Minas, Santa Cruz de Salinas, Santa Cruz do Escalvado, Santa Efigênia de Minas, Santa Fé de Minas, Santa Helena de Minas, Santa Juliana, Santa Margarida, Santa Maria de Itabira, Santa Maria do Salto, Santa Maria do Suaçuí, Santa Rita de Caldas, Santa Rita de Ibitipoca, Santa Rita de Jacutinga, Santa Rita de Minas, Santa Rita do Itueto, Santa Rita do Sapucaí, Santa Rosa da Serra, Santa Vitória, Santana da Vargem, Santana de Cataguases, Santana de Pirapama, Santana do Deserto, Santana do Garambéu, Santana do Jacaré, Santana do Manhuaçu, Santana do Paraíso, Santana do Riacho, Santana dos Montes, Santo Antônio do Amparo, Santo Antônio do Aventureiro, Santo Antônio do Gramma, Santo Antônio do Itambé, Santo Antônio do Jacinto, Santo Antônio do Monte,



Santo Antônio do Retiro, Santo Antônio do Rio Abaixo, Santo Hipólito, Santos Dumont, São Bento Abade, São Brás do Suaçuí, São Domingos das Dores, São Domingos do Prata, São Félix de Minas, São Francisco, São Francisco de Paula, São Francisco de Sales, São Francisco do Glória, São Geraldo, São Geraldo da Piedade, São Geraldo do Baixio, São Gonçalo do Abaeté, São Gonçalo do Pará, São Gonçalo do Rio Abaixo, São Gonçalo do Rio Preto, São Gonçalo do Sapucaí, São Gotardo, São João Batista do Glória, São João da Lagoa, São João da Mata, São João da Ponte, São João das Missões, São João del-Rei, São João do Manhuaçu, São João do Manteninha, São João do Oriente, São João do Pacuí, São João do Paraíso, São João Evangelista, São João Nepomuceno, São Joaquim de Bicas, São José da Barra, São José da Lapa, São José da Safira, São José da Varginha, São José do Alegre, São José do Divino, São José do Goiabal, São José do Jacuri, São José do Mantimento, São Lourenço, São Miguel do Anta, São Pedro da União, São Pedro do Suaçuí, São Pedro dos Ferros, São Romão, São Roque de Minas, São Sebastião da Bela Vista, São Sebastião da Vargem Alegre, São Sebastião do Anta, São Sebastião do Maranhão, São Sebastião do Oeste, São Sebastião do Paraíso, São Sebastião do Rio Preto, São Sebastião do Rio Verde, São Thomé das Letras, São Tiago, São Tomás de Aquino, São Vicente de Minas, Sapucaí-Mirim, Sardoá, Sarzedo, Sem-Peixe, Senador Amaral, Senador Cortes, Senador Firmino, Senador José Bento, Senador Modestino Gonçalves, Senhora de Oliveira, Senhora do Porto, Senhora dos Remédios, Sericita, Seritinga, Serra Azul de Minas, Serra da Saudade, Serra do Salitre, Serra dos Aimorés, Serrania, Serranópolis de Minas, Serranos, Serro, Sete Lagoas, Setubinha, Silveirânia, Silvianópolis, Simão Pereira, Simonésia, Sobrália, Soledade de Minas, Tabuleiro, Taiobeiras, Taparuba, Tapira, Tapiraí, Taquaraçu de Minas, Tarumirim, Teixeiras, Teófilo Otoni, Timóteo, Tiradentes, Tiros, Tocantins, Tocos do Moji, Toledo, Tombos, Três Corações, Três Marias, Três Pontas, Tumiritinga, Tupaciguara, Turmalina, Turvolândia, Ubá, Ubaí, Ubaporanga, Uberaba, Uberlândia, Umburatiba, Unaí, União de Minas, Uruana de Minas, Urucânia, Urucuaia, Vargem Alegre, Vargem Bonita, Vargem Grande do Rio Pardo, Varginha, Varjão de Minas, Várzea da Palma, Varzelândia, Vazante, Verdelândia, Veredinha, Veríssimo, Vermelho Novo, Vespasiano, Viçosa, Vieiras, Virgem da Lapa, Virgínia, Virginópolis, Virgolândia, Visconde do Rio Branco, Volta Grande, Wenceslau Braz; e com intuito de colaborar com os poderes públicos e as demais associações, no sentido do desenvolvimento econômico, da solidariedade social e da subordinação aos interesses nacionais.

Art. 2º - São compromissos do Sindicato:

- a) promover ações visando o desenvolvimento e fortalecimento da categoria econômica, contribuindo decisivamente como parceiro ativo na construção da sociedade econômico-político e social;
- b) instituir serviços de assistência e outros de interesse dos Associados; e
- c) manter negociações sindicais e trabalhistas.

Art. 3º - São prerrogativas do Sindicato:

- a) defender os interesses gerais das indústrias que congrega e representá-las perante os poderes públicos federais, Estaduais e Municipais, colaborando com os mesmos no estudo e solução de todos os assuntos que, direta ou indiretamente possam, de qualquer forma, interessar às atividades da produção e à expansão da economia nacional;
- b) celebrar convenções e instrumentos coletivos de trabalho;
- c) eleger ou designar os representantes da respectiva categoria;
- d) colaborar com os poderes públicos, como órgão técnico consultivo, no estudo e solução dos problemas que se relacionem com a categoria econômica;
- e) instituir contribuições aos que participam da categoria representada;
- f) propor medidas judiciais de natureza coletiva na defesa dos interesses da categoria econômica que representa, dispensada a autorização assemblear;
- g) editar jornais, revistas e publicações de periódicos em geral, a fim de orientar o setor que representa;
- h) defender os interesses e direitos da categoria econômica que representa protegidos pela Lei n.º 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), podendo para tanto intentar todo e qualquer tipo de ação capaz de propiciar sua adequada e efetiva tutela, dispensada a autorização assemblear;
- i) estabelecer contribuições assistenciais para as empresas pertencentes à categoria econômica que representa;
- j) realizar feiras, congressos e seminários de interesse do setor representado.

Art. 4º - São condições para o funcionamento do Sindicato:

- a) observância das leis, dos princípios morais e éticos e a compreensão dos valores cívicos;
- b) abstenção de qualquer propaganda estranha aos interesses nacionais e à categoria econômica;
- c) inexistência do exercício de cargo eletivo cumulativamente com emprego remunerado pelo Sindicato, ou por entidade sindical de grau superior; e
- d) gratuidade do exercício dos cargos eletivos e indicados.

Art. 5º - A toda empresa que participe da atividade industrial representada pelo Sindicato, satisfazendo as exigências da legislação e regulamentos pertinentes, assiste o direito de associar-se ao quadro social da Entidade como Associado, mediante solicitação formal dirigida ao Conselho Deliberativo do Sindicato.

§ Único – O Associado poderá requerer seu desligamento do quadro social da Entidade, mediante solicitação formal dirigida ao Conselho Deliberativo do Sindicato, o que lhe será concedido desde que esteja quite com o pagamento das mensalidades sociais e quaisquer outros débitos, porventura existentes para com o Sindicato.

CAPÍTULO II DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS

Art. 6º - São direitos dos Associados:

- a) freqüentar, apresentar propostas e participar dos eventos promovidos pelo Sindicato;
- b) utilizar e usufruir dos serviços prestados pelo Sindicato, nos termos deste Estatuto, regimento e regulamento pertinentes;
- c) participar, votar e ser votado na Assembléia Geral; e
- d) ser representado pelo Sindicato, judicial ou extra-judicialmente;

§ 1º - Só poderão votar e serem votados, os Associados que estiverem quites com suas contribuições.

§ 2º - Perderá seus direitos, o Associado que, por qualquer motivo, deixar o exercício da atividade industrial representada pelo Sindicato, não podendo ocupar cargos para exercer representação sindical inerente àquela atividade industrial da qual se afastou.

Art. 7º - São deveres dos Associados:

- a) pagar as contribuições fixadas pela Assembleia ou pelo Conselho Deliberativo;
- b) comparecer às Assembléias Gerais e reuniões, acatando suas decisões;
- c) bem desempenhar o cargo para que foi eleito, no qual tenha sido investido;
- d) prestigiar e propagar o espírito associativo entre os elementos da categoria;
- e) não tomar deliberações de interesse da categoria sem prévia decisão do Sindicato;
- f) cumprir o presente Estatuto, regimento e regulamento pertinentes;
- g) prestar, sempre que solicitado, todas as informações a respeito de produção, estoque e comercialização de ferro gusa e maciço florestal;
- h) observar, zelar e desenvolver a ética empresarial.

Art. 8º - Serão, automaticamente, suspensos do quadro social, os Associados que estiverem inadimplentes com o recolhimento das contribuições devidas por mais de 03 (três) meses. A quitação dos débitos implica no retorno automático ao quadro social.

§ Único. Da mesma forma, serão automaticamente suspensos do quadro social os associados que estiverem inadimplentes por mais de 03 (três) meses com a obrigação de prestar as informações



descritas na alínea “g” do art. 7º deste Estatuto. A entrega das informações solicitadas implica no retorno automático ao quadro social.

Art. 9º - O Conselho Deliberativo do Sindicato eliminará do quadro social, por notificação, aqueles que por má conduta, espírito de discórdia ou falta cometida contra o patrimônio moral ou material do Sindicato se constituírem em elementos nocivos à Entidade, bem como desacatarem as decisões da Assembléia Geral ou do Conselho Deliberativo.

§ Único – O Associado poderá apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, após a ciência da notificação, dirigido ao Conselho Deliberativo que decidirá pelo seu reingresso, ou não, ao quadro social.

Art. 10 – Qualquer Associado poderá recorrer ao Conselho Deliberativo contra qualquer ato ou lesão de direitos que contrarie este Estatuto, mediante requerimento dirigido ao Presidente do Sindicato.

CAPÍTULO III DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Art. 11 – São Órgãos Sociais do Sindicato:

- a) Assembléia Geral;
- b) Conselho Deliberativo;
- c) Conselho Fiscal.

Seção I Assembleia Geral

Art. 12 – A Assembleia Geral constitui órgão soberano do Sindicato, composto pelos sócios efetivos, no gozo de seus direitos sociais e quites com suas obrigações estatutárias, com poderes para privativamente deliberar sobre assuntos de interesses do Sindicato, a saber:

- I – eleição dos membros do Conselho Deliberativo;
- II – eleição dos membros do Conselho Fiscal;
- III – destituição de administradores;
- IV – alteração do Estatuto Social;
- V – realização de negociações coletivas e, se for o caso, celebração da respectiva convenção coletiva de trabalho;

- VI – decidir sobre dissolução e destinação do patrimônio remanescente do Sindicato; e
VII – constituir Junta Governativa em caso de renúncia coletiva, nos termos do art. 40 deste Estatuto.

Art. 13 – A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente no primeiro trimestre de cada ano e, extraordinariamente, sempre que exigirem os interesses sociais, observadas as disposições legais e estatutárias sobre convocação, instalação e deliberação.

Art. 14 – A convocação para a Assembleia será feita pelo Conselho Deliberativo, pelos diretores, ou por sócios representando 1/5 (um quinto) do corpo social.

§ 1º - A convocação deverá conter data, hora e local em que se realizará a Assembleia, bem como a respectiva ordem do dia, e será feita com antecedência mínima de 07 (sete) dias da data prevista para sua realização, mediante edital fixado na sede do Sindicato e publicado em jornal de grande circulação.

§ 2º - Os sócios que comparecerem às Assembleias Gerais deverão comprovar sua qualidade, e documento de identidade, e deverão assinar o Livro de Presença.

§ 3º - À exceção da Assembleia Geral eventualmente convocada para deliberar sobre a reforma do Estatuto e/ou dissolução do Sindicato, será permitido o voto por procuração, desde que o procurador seja sócio do Sindicato, limitada a outorga de representação a 2 (dois) associados por representante.

Art. 15 – A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com presença de sócios que representem, no mínimo, a maioria absoluta do corpo social com direito a voto; em segunda convocação, com intervalo mínimo de 30 (trinta) minutos, com qualquer número de sócios.

§ 1º - A Assembleia Geral que tiver por objetivo a reforma do Estatuto Social, a destituição de administradores e/ou a extinção do Sindicato só poderá se instalar, em primeira convocação, com a presença de, no mínimo, maioria absoluta do corpo social com direito a voto, e, nas convocações seguintes, com pelo menos um terço do corpo social com direito a voto.

Art. 16 – A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo presidente do Sindicato ou por seu substituto, que convocará um dos presentes para secretariar os trabalhos.

Art. 17 – As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas nos §§ 2º e 3º do art. 14, serão tomadas por maioria de votos dos sócios presentes, e serão registradas em ata lavrada pelo secretário, que será firmada pelo presidente e pelo secretário e, sempre que possível, pelos sócios

presentes, sendo suficiente, para sua validade, a assinatura em livro de registros de quantos sócios bastem para perfazer a maioria necessária às deliberações tomadas.

§ Único – A ata da Assembleia poderá ser lavrada de forma sumária, contendo o relato dos fatos ocorridos e a transcrição das deliberações tomadas. No caso de votos em separado ou protestos, será feita referência na ata, ficando estes apensados à mesma.

Art. 18 – Compete à Assembleia Geral:

- a) eleger e destituir os membros do Conselho Deliberativo;
- b) eleger e destituir os membros do Conselho Fiscal;
- c) deliberar sobre a extinção do Sindicato e dar destino ao patrimônio, na forma prevista no artigo art. 12, IV deste Estatuto;
- d) aprovar as contas referentes ao exercício financeiro encerrado, bem como o relatório anual do Conselho Deliberativo;
- e) deliberar sobre a reforma do Estatuto Social e do Regulamento Eleitoral do Sindicato;
- f) aprovação dos Planos Estratégicos e Organograma do Sindicato;
- g) convenções coletivas de trabalho;
- h) estabelecimento de contribuições sociais, assistenciais, especiais, extraordinária, confederativas e outras;

Seção II Conselho Deliberativo

Art. 19 – O Conselho Deliberativo do Sindicato será composto de 11 (onze) membros titulares, eleitos pela Assembleia Geral, para um mandato de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. Na eleição dos membros do Conselho Deliberativo deverá ser observado o seguinte:

§ 1º - No caso de vacância de mais de 4 (quatro) cargos de conselheiro, será convocada a Assembleia Geral no prazo máximo de 7 (sete) dias, na qual os sócios no gozo de seus direitos sociais votarão de modo a eleger o(s) substituto(s), observando-se os mesmos critérios de eleição do membro substituído.

§ 2º - Perderá o cargo de membro do Conselho Deliberativo aquele que faltar a 5 (cinco) reuniões consecutivas, ou que ficar em atraso com suas obrigações financeiras perante o Sindicato por prazo superior a 60 (sessenta) dias.

§ 3º - Poderão fazer parte do Conselho Deliberativo os sócios no gozo de seus direitos sociais, representantes do setor público e cidadãos de notório saber e conhecimento sobre o setor produtivo representado pelo Sindicato, e de reputação ilibada, aos quais não será exigida a condição de sócio do Sindicato. Na hipótese de membro eleito e representante do setor público, perderá automaticamente o cargo de membro do Conselho Deliberativo aquele que deixar de pertencer à entidade ou instituição do setor público que lhe dava condição de pertencer ao Conselho Deliberativo no momento de sua eleição.

Art. 20 – Compete ao Conselho Deliberativo:

- a) fixar a orientação geral das atividades do Sindicato;
- b) eleger o Presidente do Sindicato e o Presidente do Conselho Deliberativo;
- c) designar Delegados junto ao Conselho de Representantes da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais;
- d) destituir o Presidente do Sindicato e o Presidente do Conselho Deliberativo, em caso de motivo justificado e por maioria absoluta de seus membros;
- e) examinar, a qualquer tempo, os livros e documentos do Sindicato, e solicitar informações ou esclarecimentos sobre quaisquer atos praticados ou em vias de serem praticados pela Administração;
- f) convocar a Assembléia Geral e sessão do Conselho, quando julgar conveniente;
- g) aprovar as normas regulamentares do presente Estatuto ou aquelas que vierem a ser propostas;
- h) decidir sobre política, diretrizes e prioridade de aplicação de recursos do Sindicato, aprovar planos, programas e metas e, acompanhar e cobrar a execução dos trabalhos e autorizar a sua revisão;
- i) autorizar a alienação ou oneração de bens móveis ou imóveis do Sindicato de valor superior a 10% (dez por cento) do seu patrimônio social;
- j) autorizar a celebração de contratos de empréstimos ou financiamentos de valor superior a R\$5.000,00 (cinco mil reais);
- k) aprovar as taxas e contribuições, ordinárias e extraordinárias, para a manutenção do Sindicato, a serem pagas pelos sócios efetivos;
- l) pronunciar-se sobre os assuntos que lhe sejam submetidos, em especial, quanto às propostas de admissão e exclusão de sócios do Sindicato;
- m) autorizar, mediante resolução, a criação de Escritórios. Núcleos ou Representações, dispondo a respeito das condições necessárias para seus respectivos funcionamentos;
- n) conferir honrarias;
- o) escolher empresa de auditoria independente, que será indicada para auditar as demonstrações financeiras anuais do Sindicato;
- p) definir as penas a serem aplicadas aos sócios que descumprirem as obrigações previstas neste Estatuto;

- q) deliberar sobre os casos omissos neste Estatuto.
- r) discutir sobre o reingresso ou não de associado eliminado do quadro social do Sindicato e que tenha apresentado recurso tempestivo;
- s) julgar o recurso interposto por associado, contra qualquer ato lesivo de direitos ou que contrarie este Estatuto;
- t) declarar a perda do mandato de membro do Conselho Fiscal, dos Delegados junto ao Conselho de Representantes da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais e constituir junta Governativa Provisória;
- u) alienar os bens do Sindicato;

Art. 21 – O Conselho Deliberativo reunir-se-á ordinariamente uma vez por quadrimestre, ou extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente do Conselho Deliberativo, por 1/3 (um terço) dos conselheiros efetivos, mediante carta registrada com antecedência de, no mínimo, 7 (sete) dias. As reuniões do Conselho instalar-se-ão com a presença de, pelo menos, a metade de seus membros, em primeira convocação, e com a presença de qualquer número, em segunda convocação, num intervalo de trinta minutos, devendo ser lavrada ata da reunião no livro próprio.

§ 1º - Salvo o disposto no parágrafo seguinte, as deliberações do Conselho Deliberativo serão tomadas por maioria de votos dos conselheiros presentes, cabendo ao presidente, em caso de empate, o voto de qualidade.

§ 2º - As deliberações do Conselho Deliberativo relativamente à admissão e exclusão de sócios do Sindicato serão tomadas por maioria absoluta dos votos de seus membros presentes na reunião.

Art. 22 – A representação do Sindicato, em juízo e fora dele, será feita sempre por seu presidente individualmente ou por dois conselheiros, ou ainda por procurador especialmente constituído, observados as disposições fixadas neste Estatuto.

Art. 23 - Os mandatos para gestão dos negócios não poderão ter prazo de validade superior a 1 (um) ano, e deverão conter expressa definição dos poderes conferidos, sendo vedado o substabelecimento.

Seção III Conselho Fiscal

Art. 24 – O Sindicato terá um Conselho Fiscal, composto de 3 (três) membros efetivos e 1 (um) membro suplente, em candidaturas individuais, eleitos pelo Conselho Deliberativo para um mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos.

Art. 25 – Compete ao Conselho Fiscal:

- a) examinar e emitir parecer sobre as contas da Administração.
- b) acompanhar os trabalhos da auditoria independente indicada pelo Conselho Deliberativo.

§ 1º - Na impossibilidade de comparecimento de um dos membros efetivos à reunião ordinária ou extraordinária, deverá ser convocado o membro suplente.

§ 2º - Havendo vacância entre os membros efetivos do Conselho Fiscal, assume automaticamente o suplente até o fim do mandato, e passará a exercer o encargo como membro efetivo.

§ 3º - Havendo nova vacância ou, se houver a vacância simultânea de mais de um membro efetivo, o Presidente do Sindicato deverá convocar uma Assembleia Geral Extraordinária para recomposição das vagas de membros efetivos.

Art. 26 – O Conselho Fiscal reunir-se-á anualmente, em caráter ordinário, ou extraordinariamente, quando julgar conveniente, e suas decisões serão tomadas pela maioria de seus membros.

CAPÍTULO IV **DA ADMINISTRAÇÃO**

Art. 27 – Ao Presidente do Sindicato compete:

- a) representar legalmente o Sindicato ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, podendo delegar poderes;
- b) convocar e presidir as sessões da Assembleia Geral, ou designar algum membro do Conselho Deliberativo para substituí-lo, instalando tais sessões;
- c) assinar as atas das sessões, o orçamento, o balanço anual e todos os documentos que dependem de sua assinatura;
- d) providenciar a arrecadação das contribuições e receitas previstas em lei e outras aprovadas pelo Conselho Deliberativo, conforme este Estatuto;
- e) dirigir as aplicações financeiras e movimentar as contas bancárias do Sindicato, em conjunto com o Conselho Deliberativo do Sindicato;
- f) ordenar as despesas, assinar os cheques e pagar as contas juntamente com um dos Conselheiros, compatibilizando as disponibilidades com as prioridades estabelecidas nos planos estratégicos;
- g) contratar, demitir funcionários e fixar os seus vencimentos, conforme as necessidades do serviço e a disponibilidade financeira;

- h) convocar os substitutos designados pela Assembléia Geral, em casos de perda de mandato, falecimento, renúncia, licença, afastamento ou em caso de vacância dos membros efetivos do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal e dos Delegados junto ao Conselho de Representantes da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais;
- i) designar funções dos Conselheiros, conforme as necessidades do Sindicato para cumprimento das orientações e diretrizes estabelecidas nos planos estratégicos;
- j) deliberar sobre as demais competências previstas neste Estatuto e no Regulamento Eleitoral do Sindicato;
- k) executar ou dirigir a execução das atividades que constituem o objetivo social do Sindicato, incluindo a administração e conservação de seu patrimônio;
- l) cumprir e fazer cumprir as deliberações da Assembléia Geral e do Conselho Deliberativo;
- m) elaborar as normas regulamentares do presente Estatuto, com a finalidade de explicitar, detalhar ou operacionalizar os dispositivos nele contidos, submetendo-se à aprovação do Conselho Deliberativo;
- n) elaborar e cumprir o plano anual de atividades do Sindicato, com o correspondente orçamento econômico-financeiro, os quais serão submetidos à deliberação do Conselho Deliberativo;
- o) elaborar as demonstrações financeiras anuais do Sindicato, submetendo-as juntamente com seu relatório à deliberação da Assembléia Geral;
- p) celebrar contratos e convênios de interesse do Sindicato;
- q) abrir e movimentar contas bancárias e fazer a gestão dos recursos financeiros do Sindicato;
- r) praticar todos os atos necessários ao cumprimento de suas atribuições estatutárias.

Art. 28 – Ao Conselho Deliberativo compete eleger, para suceder ou substituir, o Presidente do Sindicato e o Presidente do Conselho Deliberativo, em casos de perda de mandato, falecimento, renúncia, licença ou afastamento do mesmo.

Art. 29 – Ao Conselho Deliberativo compete:

- a) dirigir e fiscalizar os trabalhos da Administração;
- b) coordenar a correspondência do expediente do Sindicato;
- c) ter sob sua responsabilidade os arquivos do Sindicato;
- d) coordenar a redação das atas das sessões das Assembléias Gerais e do Conselho Deliberativo;
- e) superintender os trabalhos da Tesouraria, mantendo sob sua guarda todos os bens e valores;
- f) providenciar a arrecadação das contribuições e receitas previstas em lei e outras aprovadas pelo Conselho Deliberativo, conforme este Estatuto, em conjunto com o Presidente.

Art. 30 – Ao Presidente do Conselho Deliberativo compete:

- a) convocar as reuniões do Conselho Deliberativo, as ordinárias e as extraordinárias, quando necessárias.
- b) presidir as reuniões do Conselho Deliberativo;
- c) nomear secretário para lavrar a ata das reuniões;
- d) publicar e comunicar as decisões do Conselho Deliberativo aos associados e à sociedade de um modo geral;
- e) coordenar as diligências necessárias ordenadas pelo Conselho Deliberativo, nos termos do art. 29 deste Estatuto;
- f) assessorar o presidente do Sindicato na tomada de decisões, sempre que for por ele consultado ou convocado;
- g) zelar pelo fiel cumprimento e observância do Estatuto do Sindicato.

Art. 31 – Aos Delegados junto ao Conselho de Representantes da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais compete:

- a) bem representar o Sindicato junto à Federação, participando de suas Assembléias Gerais, conforme convocação da mesma;
- b) prestigiar a Federação e propagar o espírito associativo entre todas as categorias econômicas por ela representadas;
- c) servir de elemento de ligação entre o Sindicato e a Federação, prestando todos os informes e esclarecimentos solicitados por ambas Entidades;
- d) cumprir e fazer cumprir o Estatuto da Federação e as decisões tomadas nas Assembléias Gerais do Conselho de Representantes.

CAPÍTULO V DA PERDA DO MANDATO

Art. 32 – Os membros do Conselho Fiscal, do Conselho Deliberativo e os Delegados junto ao Conselho de Representantes da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais perderão o mandato nos seguintes casos:

- a) malversação ou dilapidação do patrimônio social;
- b) grave violação deste Estatuto;
- c) ao deixar de representar empresa Associada;
- d) abandono do cargo, caracterizado pela ausência, não justificada, em termos deste Estatuto;
- e) perda da capacidade civil para o exercício do cargo.

§ 1º - A(s) perda(s) do(s) mandato(s) será(ão) declarada(s) pela Assembléia Geral, especificamente convocada(s) para esse fim, devendo ser obedecido o *quorum* previsto no Código Civil vigente, ou seja, deverá(ao) ser aprovada(s) por 2/3 (dois terços) dos presentes na Assembléia Geral que deverá ser instalada em 1ª Convocação, com a maioria absoluta dos Associados quites, ou em 2ª Convocação, 30 (trinta) minutos após, com no mínimo 1/3 (um terço) dos Associados quites; e ainda passadas 02 (duas) horas da 2ª Convocação, não tendo sido alcançado o quorum definitivo, deverá ser convocada nova Assembléia. E repetindo-se os procedimentos anteriormente indicados.

§ 2º - O membro do Conselho Fiscal e/ou do Conselho Deliberativo que for destituído em razão de abandono de cargo não poderá ser eleito no Sindicato para mandato imediato àquele que ocupou.

§ 3º - Toda deliberação sobre suspensão ou destituição do mandato deverá ser precedida de notificação até 05 (cinco) dias antes da Assembléia Geral, assegurando ao interessado o pelo direito de apresentar sua defesa na mesma. Tal procedimento, entretanto, não se aplica ao caso de desligamento previsto na alínea "c" deste artigo.

CAPÍTULO VI **DA JUNTA GOVERNATIVA**

Art. 33 – Se ocorrer renúncia coletiva dos membros do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo, se não houver substitutos legais, o Presidente, ainda que resignatário, convocará a Assembléia Geral especificamente para que esta constitua uma Junta Governativa Provisória.

§ Único – A renúncia coletiva acarretará, automaticamente, na perda do mandato dos Delegados Representantes junto à Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais.

Art. 34 – A Junta Governativa Provisória, constituída nos termos do artigo anterior, procederá, no prazo máximo de 90 (noventa) dias as diligências necessárias à realização de nova eleição para investidura dos cargos do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal dos Delegados junto ao Conselho de Representantes da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais e seus respectivos.

CAPÍTULO VII **EXERCÍCIO FINANCEIRO, RECEITAS E DESPESAS**

Art. 35 – O exercício financeiro do Sindicato se iniciará em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano.

Art. 36 – As despesas necessárias ao cumprimento do objetivo social do Sindicato, bem como as obras e demais investimentos a serem realizados em benefício deste, serão custeados:

- a) pela renda advinda de seu patrimônio e por aquela constituída por terceiros em seu favor;
- b) pela remuneração dos serviços que vier a prestar;
- c) pela administração de programas, empreendimentos e projetos de produção e comercialização;
- d) por recursos provenientes de convênio, acordos, auxílios, doações e dotações;
- e) pelos sócios, em conjunto, ou pelos usuários de tais serviços, mediante o pagamento de taxas e contribuições aprovadas pelo Conselho Deliberativo;
- f) pela receita auferida ao promover a fabricação e a comercialização por meio de licenciamento, e o fornecimento de serviços por meio de terceiros;
- g) pelas receitas proveniente da execução de atividades artísticas e culturais, treinamentos, cursos, pesquisas e estudos e da edição de obras de literatura, música e artes pertinentes ao tema “Estrada Real” e seus desdobramentos.

§ Único – Todas as receitas oriundas das atividades do Sindicato serão revestidas para a consecução de seu objetivo, sendo vedada qualquer forma de distribuição, seja a que título for.

Art. 37 – O valor das taxas e das contribuições ordinárias será estabelecido anualmente, em função das despesas e dos investimentos a serem realizados, e resultará de orçamento a ser submetido à deliberação do Conselho Deliberativo, cobrindo o período de 12 (doze) meses a se iniciar em 1º de janeiro de cada ano.

Art. 38 – Os membros integrantes do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal do Sindicato exercerão suas funções sem qualquer remuneração, gratificação ou vantagem econômica de qualquer tipo.

Art. 39 – As despesas com locomoção, hospedagem e alimentação de qualquer membro dos órgãos do Sindicato, quando em viagem a serviço do mesmo, serão previamente aprovadas pelo Conselho Deliberativo.

CAPÍTULO VIII DO PATRIMÔNIO DO SINDICATO

Art. 40 – Constitui o patrimônio do Sindicato:

- a) as contribuições sindicais, sociais, assistenciais, especiais, extraordinárias, confederativas e outras;

- b) os valores e bens adquiridos, e as rendas produzidas pelos mesmos;
- c) doações e legados;
- d) aluguéis de imóveis e juros de títulos e de depósitos;
- e) as multas e outras rendas eventuais.

CAPÍTULO IX

DISSOLUÇÃO

Art. 41 – O Sindicato poderá ser dissolvido por deliberação da Assembléia Geral especialmente convocada para este fim, devendo ser observado o disposto no § 1º, do Artigo 15, deste Estatuto.

Art. 42 – Deliberada a dissolução, a Assembléia Geral nomeará o liquidante, o qual, sob fiscalização do Conselho Fiscal, promoverá a realização do ativo do Sindicato e o pagamento do seu passivo, destinando à associações congêneres o patrimônio líquido remanescente.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES DO REGULAMENTO ELEITORAL

SEÇÃO I

Das Disposições Preliminares

Art. 43 - A eleição dos Membros do Conselho Deliberativo e dos membros do Conselho Fiscal deste Sindicato será realizada em Assembleia Geral, e conforme as normas contidas neste Estatuto.

Art. 44 - A eleição dos Delegados junto ao Conselho de Representantes da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, do Presidente do Sindicato e do Presidente do Conselho Deliberativo, será realizada pelo Conselho Deliberativo em reunião que será instalada imediatamente após a eleição do Conselho Deliberativo, observando-se as normas contidas neste Estatuto do Sindifer.

Art. 45 - O voto será secreto, com opção pela chapa escolhida ou pelo candidato individual, conforme o caso.

§ único - Havendo chapa única, o processo eleitoral será simplificado, devendo os representantes das Empresas Associadas e os Membros do Conselho, conforme o caso, apenas assinarem a lista de presença da Assembleia Geral e da Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo, constituindo tais documentos a aprovação da chapa apresentada.



Art. 46 - O Sigilo do voto será assegurado por:

- I - uso de cédula única contendo todas as chapas registradas;
- II - isolamento do eleitor em cabine indevassável no ato de votar;
- III - verificação da autenticidade de cédula única à vista das rubricas nela apostas pelos membros da Mesa Coletora;
- IV - emprego de urna que assegure a inviolabilidade do voto.

Art. 47 - Cada Associado, seja na qualidade de participante da Assembléia Geral ou membro do Conselho Deliberativo, em gozo de seus direitos estatutários, terá direito a um voto na eleição para preenchimento de cargos eletivos.

§ 1º - Só poderão votar e serem votados, os Associados que estiverem quites com suas contribuições.

§ 2º - Independentemente do número de chapas registradas o voto poderá ser exercido por pessoa credenciada, mediante a entrega de procuração com outorga de poderes específicos para tanto, pela direção da empresa que seja Associada do Sindicato.

SEÇÃO II

Do *Quorum*

Art. 48 - A eleição será realizada em convocação única, devendo ter duração mínima de 06 (seis) horas, não havendo exigência de *quorum* mínimo.

SEÇÃO III

Da Convocação e Registro de Chapas

Art. 49 - A eleição será convocada pelo Presidente do Sindicato, por edital, no qual constarão:

- 1. data, horário e local de votação;
- 2. prazo para registro de chapas e horário de funcionamento da Secretaria;
- 3. prazo para impugnação das candidaturas.

§ 1º - O aviso resumido do edital de convocação deverá ser publicado em jornal de circulação na base territorial do Sindicato, com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias da realização da eleição.

§ 2º - No mesmo prazo será afixado o edital completo de convocação na Sede do Sindicato.

Art. 50 - O prazo para registro de chapas e de candidaturas individuais será de 20 (vinte) dias, contados a partir da data de publicação do aviso resumido de convocação do edital no jornal de circulação na base territorial do Sindicato.

Art. 51 - O requerimento para registro de chapas previamente constituídas deverá ter a disposição dos cargos de acordo com o previsto no Estatuto do Sindicato, ser endereçado ao Presidente da Entidade, assinado por um de seus integrantes, e será instruído com:

- I - ficha de qualificação de cada candidato, assinada pelo mesmo;
- II - cópia da carteira de identidade;
- III - prova de que o candidato é titular ou diretor de empresa Associada ao Sindicato há mais de 06 (seis) meses, no exercício da atividade econômica e em gozo dos direitos sindicais.

Parágrafo único - Os integrantes das chapas não podem ser eleitos para cargos administrativos ou de representação econômica e nem permanecer no exercício destes cargos, nos seguintes casos:

- a. os que não tiverem definitivamente aprovadas as suas contas de exercício destes cargos administrativos;
- b. os que tiverem sido condenados por crime doloso, enquanto persistirem os efeitos da pena;
- c. os que não estiverem no gozo de seus direitos políticos e sindicais;
- d. má conduta devidamente comprovada.

Art. 52 - O registro das chapas far-se-á na Secretaria do Sindicato, no horário de funcionamento da mesma, sendo fornecido recibo da documentação apresentada.

Art. 53 - O Presidente do Sindicato indeferirá o registro da chapa que não contenha candidatos efetivos que não esteja acompanhada dos documentos exigidos pelo artigo 56 deste Estatuto.

§ 1º - Verificando-se irregularidade na documentação apresentada, será o requerente notificado pelo Presidente do Sindicato para supri-la no prazo de 02 (dois) dias, contados após a ciência da notificação. Esgotado o prazo sem a correção da irregularidade, o registro da chapa será recusado.

§ 2º - Se a irregularidade afetar a documentação individual de qualquer candidato será o requerente notificado pelo Presidente do Sindicato para substituí-lo por outro candidato, no prazo de 02

(dois) dias, após a ciência da notificação. Esgotado o prazo sem a devida substituição o registro de chapa será indeferido.

§ 3º - As condições de elegibilidade dos candidatos deverão ocorrer até 10 (dez) dias antes da data do pleito.

Art. 54 - Nos 10 (dez) dias subseqüentes ao encerramento do prazo para registro de chapas, o Presidente do Sindicato providenciará:

I - a lavratura da ata, que mencionará a(s) chapa(s) registrada(s), e que será por ele assinada, juntamente com diretores e candidatos presentes;

II - a confecção da cédula;

III - a divulgação da composição da(s) chapa(s) aos Associados.

Parágrafo único - Ocorrendo chapa única será dispensada a confecção da cédula.

SEÇÃO IV **Das Impugnações**

Art. 55 - A impugnação dos candidatos poderá ser feita no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da divulgação da relação da(s) chapa(s) registrada(s), devendo ser apresentada por qualquer Associado no gozo de seus direitos estatutários, em petição fundamentada dirigida ao Presidente do Sindicato e protocolada na secretaria da Entidade.

§1º - A impugnação interposta após o prazo supracitado será indeferida pelo Presidente do Sindicato.

§2º - Havendo impugnação tempestiva, o Presidente do Sindicato terá o prazo de até 02 (dois) dias, contados após a data do protocolo, para notificar ao candidato impugnado e ao requerente da respectiva chapa.

Art. 56 - O candidato impugnado terá o direito de apresentar sua defesa fundamentada, dirigida ao Presidente do Sindicato e protocolada na Secretaria da Entidade, no prazo de até 02(dois) dias, contados após a data da sua ciência. Não será considerada a defesa interposta após o prazo.

Art. 57 - O processo de impugnação será submetido ao Conselho Deliberativo do Sindicato, que em até 02 (dois) dias, decidirá a controvérsia em decisão fundamentada, sem cabimento de outros recursos.

§ 1º - A decisão será proferida por maioria simples dos Membros do Conselho presentes e, em caso de empate, o Presidente do Conselho terá, ainda, o voto de qualidade.

§ 2º - O Presidente do Sindicato terá o prazo de até 02 (dois) dias, contados após a decisão do processo, para notificar às partes interessadas sobre o resultado da mesma.

§ 3º - Caso a impugnação seja deferida, o Presidente do Sindicato notificará ao requerente da respectiva chapa para apresentar um substituto devidamente qualificado, conforme as condições deste Regulamento, no prazo de 02 (dois) dias, contados após a data da sua ciência, que deverá ser aprovado pela Diretoria da Entidade.

§ 4º - Após a aprovação do substituto pelo Conselho Deliberativo da Entidade não caberão mais impugnações, devendo o Presidente do Sindicato comunicar a substituição aos Associados.

SEÇÃO V

Da Constituição e Funcionamento das Mesas Coletoras

Art. 58 - Até 15 (quinze) dias antes da eleição, o Presidente do Sindicato nomeará os integrantes para comporem as Mesas Coletora e Apuradora, que serão compostas de 01 (um) Presidente e 02 (dois) Mesários.

§ único - Não poderão ser nomeados membros das Mesas Coletora e Apuradora os candidatos, seus cônjuges e parentes, ainda que por afinidade, até o segundo grau e os membros do Conselho Deliberativo da Entidade.

Art. 59 - Os mesários substituirão o Presidente da Mesa Coletora, quando o mesmo se ausentar, de modo que haja sempre quem responda pessoalmente pela ordem e regularidade do processo eleitoral.

§ 1º - Salvo motivo de força maior, todos os membros da Mesa Coletora deverão estar presentes no ato de abertura e de encerramento da votação.

§ 2º - Não comparecendo o Presidente da Mesa Coletora até 30 (trinta) minutos antes da hora determinada para o início da votação, assumirá a Presidência o primeiro mesário e, na falta ou impedimento deste, o segundo mesário.

§ 3º - Poderá o membro da Mesa que assumir a presidência nomear, dentre as pessoas presentes, os membros que forem necessários para completar a Mesa, observados os impedimentos do parágrafo único do artigo 57 deste Regulamento.

SEÇÃO VI
Da Votação e da Apuração

Art. 60 - No dia e local designados, antes da hora do início da votação, os membros da Mesa Coletora verificarão se estão em ordem o material e a urna destinada a recolher os votos, providenciando o Presidente da Mesa para que sejam supridas as eventuais deficiências.

Art. 61 - À hora fixada no edital de convocação, o Presidente da Mesa declarará iniciados os trabalhos, que terão a duração mínima de 06 (seis) horas, podendo, no entanto, ser encerrados antecipadamente se já tiverem votado todos os eleitores constantes da folha de votação.

Art. 62 - Iniciada a votação, cada eleitor, pela ordem de apresentação à Mesa, depois de identificado, assinará a folha de votantes, receberá a cédula única rubricada pelo Presidente da Mesa e, na cabine indevassável, após assinalar a chapa de sua preferência, a depositará fechada, na urna colocada na Mesa Coletora.

Art. 63 - A Mesa Coletora resolverá de imediato as dúvidas e controvérsias que surgirem durante a votação, registrando-as em ata.

Parágrafo único - No uso dessa faculdade, poderá a Mesa determinar as providências que julgar necessárias, inclusive o voto em separado.

Art. 64 - Terminada a votação, a Mesa Coletora ficará automaticamente transformada em Mesa Apuradora sob a mesma Presidência, passando a fazer a contagem dos votos, com o auxílio dos mesários transformados em escrutinadores.

§ 1º - Apresentando qualquer cédula sinal, rasura ou dizer suscetível de identificar o eleitor, ou tendo sido assinalada mais de uma chapa, o voto será anulado.

§ 2º - A Mesa Apuradora resolverá de imediato as dúvidas e controvérsias que surgirem durante a apuração, registrando-as em ata.

§ 3º - Qualquer protesto sobre a votação e a apuração será registrado em ata.

Art. 65 - Finda a apuração, o Presidente da Mesa Apuradora proclamará eleita a chapa que obtiver o maior número de votos e fará lavrar a ata dos trabalhos eleitorais, a qual mencionará, obrigatoriamente:

- I - dia, hora e local da abertura e do encerramento dos trabalhos, com os nomes dos componentes da Mesa;
- II - o resultado apurado, especificando o número de votantes, de votos atribuídos para cada chapa, de votos em branco e de votos nulos;
- III - o registro de protesto e outras ocorrências;
- IV - a ata será assinada pelos componentes da Mesa, esclarecendo-se o motivo de eventual falta de qualquer assinatura.

Art. 66 - Em caso de empate entre as chapas mais votadas, realizar-se-á nova eleição num prazo de 15 (quinze) dias, sendo limitada a elegibilidade aos candidatos já inscritos das referidas chapas.

Art. 67 - Ocorrendo chapa única são dispensados os procedimentos relativos aos artigos 57 a 64 deste Estatuto.

SEÇÃO VII Dos Recursos

Art. 68 - Caberá recurso fundamentado, no prazo de até 05 (cinco) dias após a data da eleição, somente sobre o descumprimento dos artigos 59 a 65 deste Estatuto e somente poderá ser interposto pelo requerente da chapa concorrente, dirigido ao Presidente do Sindicato e protocolado na Secretaria da Entidade.

Art. 69 - O Presidente do Sindicato, no prazo de até 02 (dois) dias, contados após a data do protocolo, deverá comunicar a interposição à chapa vencedora e submeter o recurso ao Conselho Deliberativo da Entidade que deverá julgá-lo no prazo de até 05 (cinco) dias.

§ 1º - A decisão será proferida por maioria simples dos membros do Conselho presentes e em caso de empate, o Presidente do Sindicato terá, ainda, o voto de desempate.

§ 2º - O Presidente do Sindicato terá o prazo de até 02 (dois) dias, após a data do julgamento, para comunicar às partes interessadas sobre a decisão do Conselho Deliberativo da Entidade.

Art. 70 - Se ficarem comprovados procedimentos passíveis de erro, simulação ou fraude durante a votação e/ou apuração do resultado, a eleição será anulada devendo ser realizada nova eleição no prazo de até 15 (quinze) dias, após a decisão do Conselho Deliberativo, limitada a elegibilidade aos candidatos já inscritos das referidas chapas.

§ 1º - O Conselho Deliberativo do Sindicato definirá a data da nova eleição que deverá seguir as mesmas normas e procedimentos dos artigos 59 a 65 deste Estatuto.

§ 2º - O Presidente do Sindicato terá o prazo de até 02 (dois) dias, contados após a data do julgamento, para convocar, através de edital publicado em jornal de circulação na base territorial do Sindicato, os Associados para a realização da nova eleição.

§ 3º - Após a realização de nova eleição, não caberão mais recursos.

Art. 71 - Caso vença o mandato do Conselho Deliberativo do Sindicato sem que o recurso tenha sido resolvido, o mesmo ficará prorrogado automaticamente até a sua resolução final. O Conselho Deliberativo, Presidente do Sindicato, Presidente do Conselho e membros do Conselho Fiscal eleitos tomarão posse no dia subsequente do cumprimento da resolução.

SEÇÃO VIII Do Processo Eleitoral

Art. 72 - À Secretaria incumbe organizar o processo eleitoral.

§ 1º - São peças essenciais do processo eleitoral:

- I - o Edital de Convocação;
- II - a página do jornal em que foi publicado o Aviso Resumido do Edital de Convocação;
- III - o requerimento para registro de chapas, fichas de qualificação e cópia dos demais documentos dos candidatos;
- IV - os expedientes relativos à Mesa Eleitoral;
- V - a Ata de Encerramento do prazo para Registro de Chapas;
- VI - a Ata Geral de Eleição;
- VII - a Lista de Presenças;
- VIII - o Termo de Posse;
- IX - a relação dos membros eleitos do Conselho Deliberativo;
- X - o exemplar da Cédula única;
- XI - impugnação, recursos, contrarrazões, decisões e informações.

§ 2º - Havendo chapa única, a eleição poderá ser feita por aclamação, eliminando-se as exigências dos subitens "IV" e "X", devendo ser confeccionada a Ata Geral de Eleição sendo assinada pelo Presidente e pelo 1º Secretário.

SEÇÃO IX

Do Resultado da Eleição e da Posse dos Eleitos

Art. 73 - Compete ao Conselho Deliberativo do Sindicato, dentro de 30 (trinta) dias da realização da eleição e não tendo havido recursos, dar divulgação do resultado do pleito.

§ único - No caso de recurso não resolvido dentro do prazo supra citado, o Conselho Deliberativo do Sindicato terá o prazo de 15 (quinze) dias, após a data da resolução, para divulgar aos Associados o resultado da eleição.

Art. 74 - A posse oficial dos eleitos dar-se-á automaticamente no dia imediato ao término dos mandatos anteriores.

SEÇÃO X

Das Disposições Finais

Art. 75 - Não realizada a eleição até o término do mandato, o Presidente do Sindicato deverá, no prazo de até 05 (cinco) dias, convocar o Conselho Deliberativo, conforme dispõe o Estatuto, para determinar a data da nova eleição.

§1º - Para a realização da nova eleição deverão ser cumpridos os mesmos prazos e normas previstos neste Estatuto, ressalvada a data da posse dos eleitos que deverá ser no dia subsequente ao da eleição.

§2º - Ficará prorrogado, automaticamente, até a data da realização da eleição o mandato dos membros do Conselho Deliberativo, do Presidente do Conselho, do Presidente do Sindicato, do Conselho Fiscal e dos Delegados junto ao Conselho de Representantes da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais.

CAPÍTULO XI

Das Disposições Gerais

Art. 76 - Salvo disposição legal em contrário, o direito de requerer a anulação das decisões da Assembleia Geral e do Conselho Deliberativo que violarem a lei ou este Estatuto; ou forem eivadas de erro, dolo, simulação ou fraude, prescreve em 01 (um) ano.



Art. 77 - Dentro da respectiva base territorial, o Conselho Deliberativo poderá criar delegacias ou seções para melhor atendimento de seus Associados e da categoria que representa; e deliberar sobre a extinção das mesmas.

Art. 78 - Os associados não respondem, quer solidária, quer subsidiariamente pelas obrigações contraídas pelo Sindicato.

Art. 79 - Serão nulos de pleno direito os atos praticados com o objetivo de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos preceitos contidos neste Estatuto.


Art. 80 - À Assembleia Geral compete suprir as lacunas e esclarecer as dúvidas surgidas na aplicação deste Estatuto.


Art. 81 - O presente Estatuto entrará em vigor na data em que for aprovado e registrado no órgão competente e somente poderá ser reformado por uma Assembleia Geral especificamente convocada para esse fim.

CAPÍTULO XII Das Disposições Transitórias

Art. 82 - Este Estatuto foi alterado por meio de Assembleia Geral realizada no dia 25 de setembro de 2024, conforme registrado em ata, e suas alterações aplicar-se-ão a partir do primeiro dia útil seguinte.

Belo Horizonte, 25 de setembro de 2024.


Fausto Varela Cançado
Presidente


Francesco Reale Serra
Secretário



Sindicato da Indústria do Ferro
no Estado de Minas Gerais



ATA GERAL DE ELEIÇÃO DO SINDICATO DA INDÚSTRIA DO FERRO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, REALIZADA EM ASSEMBLEIA GERAL DO DIA 26 DE OUTUBRO DE 2022.

No dia 26 (vinte e seis) de outubro de 2022, das 10:00 às 12:00 horas, na Rua Alagoas, 1000, salas 401-407, no município de Belo Horizonte - MG, tendo em vista o edital de convocação publicado no jornal "Aqui", em primeira chamada, no dia 12 de agosto de 2022, e em segunda chamada no dia 26 de setembro de 2022, foi realizada a Assembleia Geral para a eleição do novo Conselho Deliberativo e do novo Conselho Fiscal do SINDICATO DA INDÚSTRIA DO FERRO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, para o próximo triênio 2022-2025. Após ter sido verificada a apresentação de uma única chapa concorrente, a eleição foi realizada de forma simples, apenas com o comparecimento das empresas associadas sindicalizadas aptas para votarem e com a respectiva assinatura na lista de presenças da Assembleia Geral, constituindo este documento a aprovação da chapa única apresentada, sendo dispensada a confecção da cédula única, conforme regra prevista no parágrafo 2º do art. 72 do Estatuto Social da entidade. Constatou-se que das 51 (cinquenta e uma) empresas sindicalizadas, 30 (trinta) empresas estavam aptas a votarem e delas compareceram 14 (quatorze) empresas votantes, representantes das mesmas, conforme assinaturas na lista de presenças da Assembleia Geral. Desta forma, considera-se que a chapa única apresentada obteve 14 (quatorze) votos unânimes. A eleição foi realizada em convocação única, com a duração de 2 (duas) horas contínuas, observado o quorum deliberativo previsto no art. 15 do Estatuto Social da entidade. A eleição decorreu em perfeita ordem, não tendo havido dúvidas, controvérsias e nem protestos durante a sua realização. O Conselho Deliberativo eleito está assim composto: **CHAPA ÚNICA 1) MEMBRO DO CONSELHO DELIBERATIVO: BRUNO MELO LIMA** portador da identidade número M-978.146, SSP/MG, inscrito no CPF número 091.864.926-91; 2) **MEMBRO DO CONSELHO DELIBERATIVO: DÚLIO DINIZ DE REZENDE**, portador da carteira profissional número 92106, CRA, identidade M1 [REDACTED] G, inscrito no CPF número [REDACTED] 3) **MEMBRO DO CONSELHO DELIBERATIVO: ELÍSIO QUEIROZ CARNEIRO**, portador da carteira profissional número 2 [REDACTED], da identidade número MG [REDACTED], inscrito no CPF número [REDACTED] 4) **MEMBRO DO CONSELHO DELIBERATIVO: p.p. FAUSTO VARELA CÂNCADO**, portador da identidade número M- [REDACTED], inscrito no CPF número [REDACTED]; 5) **MEMBRO DO CONSELHO DELIBERATIVO: FREDERICO HENRIQUES LIMA E SILVA**, portador da identidade número [REDACTED] SSP/G, inscrito no CPF número [REDACTED] 6) **MEMBRO DO CONSELHO DELIBERATIVO: LÚCIO FLÁVIO DE MOURA**, portador da identidade número M- [REDACTED] P/MG, inscrito no CPF número [REDACTED] 7) **MEMBRO DO CONSELHO DELIBERATIVO: LUIZ FELIPE BHERING DE CARVALHO**, portador da identidade número M- [REDACTED] G, inscrito no CPF número [REDACTED] 8) **MEMBRO DO CONSELHO DELIBERATIVO: RAFAEL PENTAGNA GUIMARÃES SALAZAR**, portador da identidade [REDACTED] MT/MG, inscrito no CPF número [REDACTED] 9) **MEMBRO DO CONSELHO DELIBERATIVO: BERNARDO ANDRADE VALADARES GONTIJO**, portador da carteira de identidade número [REDACTED] SSP/MG, inscrito no CPF número [REDACTED] 10) **MEMBRO DO CONSELHO DELIBERATIVO: RODRIGO KAUKE VALLADARES**, portador da identidade profissional número CREA-MG 38.157D, ident [REDACTED] SSP/MG, inscrito no CPF número [REDACTED] 1) **MEMBRO DO CONSELHO DELIBERATIVO: RONAN EUSTÁQUIO DA SILVA**, portador da identidade número [REDACTED] SSP/G, inscrito no CPF número [REDACTED]. O Conselho Fiscal eleito está assim composto: **MEMBRO DO**

Rua Alagoas, 1000 – Salas 401 a 407 – Funcionários – Belo Horizonte / MG

CEP: 30.130-160 – Telefone: +55 31 3071-6161

e-mail: sindifer@sindifer.com.br – www.sindifer.com.br



1000

1000

1000

SINDIFER

Sindicato da Indústria do Ferro
no Estado de Minas Gerais



CONSELHO FISCAL – EFETIVO, GERALDO CARLOS BASQUES MOURA, portador da identidade número [REDACTED], inscrito no CPF número [REDACTED] **MEMBRO DO CONSELHO FISCAL – EFETIVO**, p.P. URBANO FERRAZ GONTIJO, portador da identidade número [REDACTED] SSP/MG, inscrito no CPF número [REDACTED] **MEMBRO DO CONSELHO FISCAL – EFETIVO**, SÉRVULO FIGUEIREDO GODOY, portador da identidade número [REDACTED], inscrito no CPF número [REDACTED]. Os membros dos novos Conselhos Deliberativo e Fiscal serão empossados em 28 de novembro de 2022, dia subsequente ao término do mandato dos atuais Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal. Para os devidos fins foi elaborada a presente Ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente do Sindicato e pelo Membro do Conselho Deliberativo, Bruno Melo Lima, e ainda pelo secretário geral. Belo Horizonte, 26 de outubro de 2022.

[REDACTED]
Fausto Varela Cançado
PRESIDENTE DO SINDICATO

RG: M- [REDACTED]

[REDACTED]
Bruno Melo Lima
MEMBRO DO CONSELHO DELIBERATIVO DO SINDICATO

[REDACTED]
Francisco Reale Serra
Secretário Geral

RCPJBH

Av. Minas Fina, 700 - 2º Andar - BH / MG - Tel: (31) 3224-3070 | (31) 3224-3069
www.rcpjbh.com.br - sac@rcpjbh.com.br

SINDICATO DA INDÚSTRIA DO FERRO NO ESTADO DE MINAS GERAIS

AVERBADO(A) sob o nº 373, no registro 73854, no Livro A, em 15/12/2022

Belo Horizonte, 15/12/2022

Emol: (6416-6) R\$ 133.32 TFJ: R\$ 48.06 Rec: R\$ 9.00 Iss: 6.67 - Total: R\$ 196.04

Emol: (9101-9) R\$ 16.68 TFJ: R\$ 6.28 Rec: R\$ 0.96 Iss: 0.90 - Total: R\$ 22.82

() José Nêdi Nêdi - Oficial
Escritores: () Ana Paula Nêdi Silveira - Escrivente Substituta
() Anel Shadklaus Dias Da Silva () Eden Silva Pinto De Carvalho

PODER JUDICIÁRIO - TJMG
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte - MG

Selo Eletrônico Nº **GHO18017**
Cód. Seg: **2270.6883.2933.3034**

Quantidade de Atos Praticados: 00003

Atos(s) Praticado(s) por: **Luiza Passos - Auxiliar**

Emol: R\$ 158.16 TFJ: R\$ 53.33 Total: R\$ 211.49 ISS: R\$ 7.47

Consulta a validade deste Selo no site <https://selos.tjmg.jus.br>



RCPJBH

Av. Afonso Pena, 732 - 2º Andar - BH / MG - Tel.: (31) 3224-3678 | (31) 3224-3903
www.rcpjbh.com.br - sac@rcpbh.com.br

SINDICATO DA INDÚSTRIA DO FERRO NO ESTADO DE MINAS GERAIS

AVERBAÇÃO nº 373, no registro 73854, no Livro A, Examinada, Conferida e qualificada.

Belo Horizonte, 15/12/2022

Emol: (5601-9) R\$ 21.87 TFJ: R\$ 6.70 Rec: R\$ 1.31 Iss: 1.09 - Total: R\$ 30.97

() José Nadi Néri - Oficial (x) Ana Paula Néri Silveira - Escrevente Substituta
Escriturantes: () Anibal Skockauskas Dias Da Silva () Eden Silva Pinto De Carvalho

PODER JUDICIÁRIO - TJMG
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte - MG

Selo Eletrônico Nº **GHO18020**
Cód. Seg.: **4630.5472.9062.8836**

Quantidade de Atos Praticados: **00001**

Atos(s) Praticado(s) por: **Isabella Aquino - Auxiliar**

Emol: R\$ 23.18 TFJ: R\$ 6.70 Total: R\$ 29.88 ISS: R\$ 1.09

Consulta a validade deste Selo no site <https://selos.tjmg.jus.br>



ANEXO III

Declaração de inexistência de vínculo funcional do representante da entidade com o poder público municipal, estadual ou federal

Em conformidade com o disposto no Edital do COMAM, sob pena de anulação da inscrição da entidade que represento, DECLARO, para os devidos fins:

Não possuir vínculo de qualquer natureza com o Poder Público Municipal, Estadual ou Federal, seja como servidor, empregado, contratado, terceirizado ou por intermédio de empresa prestadora de serviços ou de natureza similar.

Sou sabedor que a inveracidade das declarações neste ato proferidas acarretará consequências administrativas e judiciais cabíveis no âmbito do Edital do COMAM Biênio 2025-2027 e tornarão nula de pleno direito a inscrição da entidade a que represento.

Belo Horizonte, 05 / 11 / 2025

FAUSTO VARELA
CANCADO

Assinado de forma digital por FAUSTO
VARELA CANCADO:
Dados:

Assinatura do Candidato

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2 e 1 NOME E SOBRENOME

FAUSTO VARELA CÂNCADO

1ª HABILITAÇÃO

11/04/1971

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO

4a DATA EMISSÃO

14/10/2022

4b VALIDADE

07/10/2027

ACC

D

4c DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF

4d CPF

5 Nº REGISTRO

6 CAT. HAB

AB

NACIONALIDADE

BRASILEIRO

FILIAÇÃO

RAIMUNDO LOPES CÂNCADO

LEDA VARELA CÂNCADO

7 ASSINATURA DO PORTADOR

9	10	11	12	9	10	11	12
ACC				D			
A		07/10/2027		D1			
A1				BE			
B		07/10/2027		CE			
B1				C1E			
C				DE			
C1				D1E			

12 OBSERVAÇÕES

A:

LOCAL

BELO HORIZONTE, MG

ASSINATURA DO EMISSOR

MINAS GERAIS

SENATRAN CONTRA

PROIBIDA A REPRODUÇÃO

2454148501

PROIBIDA A REPRODUÇÃO

2454148501



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 17.435.835/0001-77 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 13/03/1970
NOME EMPRESARIAL SINDICATO DA INDUSTRIA DO FERRO NO ESTADO DE MINAS GERAIS		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.11-1-00 - Atividades de organizações associativas patronais e empresariais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 313-1 - Entidade Sindical		
LOGRADOURO AV DO CONTORNO	NÚMERO 4480	COMPLEMENTO SALA 1107
CEP 30.110-028	BAIRRO/DISTRITO FUNCIONARIOS	MUNICÍPIO BELO HORIZONTE
UF MG		
ENDERECO ELETRÔNICO [REDACTED]	TELEFONE [REDACTED]	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **05/11/2025** às **15:53:19** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

**SINDICATO IND FERRO ESTADO
MINAS GERAIS
AV DO CONTORNO 4480 SA 1108**

FUNCIONARIOS
BELO HORIZONTE - MG
CEP: 30110028
CNPJ: 17.435.8

Nº DO CLIENTE:

Nº da Instalação	Subclasse	Classe
30043393764	Assoc. e Entid. Filantrópicas	Mediada, Tarifária Monofásica
08/09	08/10	05/11
Anterior	Atual	Convenção
		Tarifa



Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE criado pela
Lei nº 10.438 de abril de 2002
Controle: 32065/1459804/0034 Data da impressão: 09/10/2025 23:46:06
NOTA FISCAL: 316483237 Série: 000 Data de emissão: 10/10/2025

Chave de acesso: 31251006981180000116660003164832372005528179
 EMITIDA EM CONTINGENCIA - PENDENTE DE AUTORIZAÇÃO
 Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica

Consulte a chave de acesso em: <http://www.sped.fazenda.ing.gov.br/spedmg>

Tipo de Medicação

Consulte a chave de acesso em: <http://www.sped.fazenda.ing.gov.br/spedmg>

Consulte a chave de acesso em: <http://www.sped.fazenda.ing.gov.br/spedmg>

Consulte a chave de acesso em: <http://www.sped.fazenda.ing.gov.br/spedmg>

Consulte a chave de acesso em: <http://www.sped.fazenda.ing.gov.br/spedmg>

Consulte a chave de acesso em: <http://www.sped.fazenda.ing.gov.br/spedmg>

Energia Eléctrica	PMD227004629	2298	2436	1	138
-------------------	--------------	------	------	---	-----

Itens da fatura	Unid.	Quant.	Preço unit.	Valor	PIS/COFINS	Base Calc. ICMS	Alíquota ICMS	ICMS	Tarifa unit.
Energia Elétrica	kWh	138	1,18903967	163,93	6,65	163,93	18,00	29,50	0,92697000
Contrib.Custeio Ilum. Pública				20,31					

Total	184,24	6,65	163,93	29,50	
BADEIRA VERMELHA P1 - Já incluído no valor a pagar	2,61				--
BADEIRA VERMELHA P2 - Já incluído no valor a pagar	9,28				

Pág 1 de 1

Pág 1 de 1

REFERENTE A	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
OUT/2025	27/10/2025	R\$ 184,24
Base de Cálculo (R\$):	Alíquota %:	Valor (R\$):
ICMS		
ICMS		
PASEP		
COFINS		
163,93	18,00	R\$ 29,50
134,43	0,88	R\$ 1,18
134,43	4,07	R\$ 5,47
Unidade de Cálculo	Unidade de Cálculo	Unidade de Cálculo

4,07 R\$ 5,47

Mês/Ano	Consumo kWh	Media kWh/dia	Dias de Faturam.
OUT/2025	137	4,60	30
SET/2025	92	2,78	33
AGO/2025	0	0,00	30
JUL/2025	0	0,00	30
JUN/2025	0	0,00	33
MAI/2025	0	0,00	30
ABR/2025	0	0,00	28
MAR/2025	0	0,00	32
FEV/2025	0	0,00	28
JAN/2025	0	0,00	30
DEZ/2024	0	0,00	20
NOV/2024	0	0,00	0
OUT/2024	0	0,00	0

Informações Gerais

SETI25 Band. Verm. P2 - OUTI25 Band. Verm. P1. Tarifa vigente conforme Res Aneel nº 3.459, de 20/05/2015. Redução alíquota ICMS conforme Lei Complementar 194/22. O pagamento desta conta não inclui débitos anteriores. Para estes, estão sujeitas penalidades legais vigentes (multas) e/ou atualização financeira (juros) baseadas no vencimento das mesmas. É dever do consumidor manter os dados cadastrais sempre atualizados e informar alterações da atividade exercida no local. Faça sua adesão para recebimento da conta de energia por e-mail acessando www.cemig.com.br.

Em função de mudança do calendário de leitura de medidores, poderá haver alteração na data do vencimento de sua fatura e variação no número de dias de faturamento.



PIX Pague Aqui.

CÓDIGO DE DÉBITO AUTOMÁTICO	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
008147964194	27/10/2025	R\$ 184,24
REFERENTE A:	NDA INSTALAÇÃO:	
OUT/2025	3004393764	

83610000001-4 84240138001-4 06299940611-9 08147964194-6



Telefonica Brasil S.A.
Rua Levindo Lopes, 258 - CEP: 30140-170 - Belo Horizonte - MG
I.E.: 621904680045 CNPJ Matriz: 02.558.157/0001-62

Nº da Conta: 00001125731346
Código Cliente: 00000124332307

MÊS REFERÊNCIA: 10/2025

FAUSTO VARELA CANKADO

RESUMO DA SUA CONTA

(DE 06/09/25 A 05/10/25)

+ VIVO TOTAL		296,00
Total a pagar		296,00
Plano contratado Adicionais contratados		
+ VIVO TOTAL - Família 3	Quantidade	Valor (R\$)
Vivo Fibra 300 Mbps.	1	105,76
(+) Serviços Digitais Inclusos	-	-
Subtotal Vivo Fibra		105,76
Vivo Fixo Ilimitado Brasil.	1	2,00
Subtotal Vivo Fixo		2,00
Vivo Pós Família - 180GB	1	188,24
(+) Serviços Digitais Inclusos	-	-
Subtotal Vivo Celular		188,24
Subtotal Vivo Total		296,00
Subtotal Plano contratado / Adicionais contratados		296,00
Total a pagar		296,00

- Não existe(m) valor(es) pendente(s) até a data de emissão dessa fatura -

Importante: Mantenha o pagamento em dia e evite a suspensão e o cancelamento dos serviços, a rescisão contratual, e a inclusão nos órgãos de proteção ao crédito. Para pagamento após o vencimento serão cobrados encargos de 2% e juros de 1% ao mês em conta futura. | Central de Atendimento ANATEL: 1331 e www.anatel.gov.br. PLANOS ANATEL: Vivo Fibra 300 Mbps.: PSABL/047/POS/SCM, Vivo Fixo Ilimitado Brasil.: PAS/137/STFC + PAS/138/STFC, Vivo Pós Família 180GB: 163/POS/SMP, Linha Adicional: 163/POS/SMP. Para a prestação de serviços descrita nessa fatura incidem os seguintes impostos: MG - 18% ICMS, 0,65% PIS e 3% COFINS para Telecom. SP - 0% ISS, 0,65% PIS e 3% COFINS e 2% ISS, 1,65% PIS e 7,6% COFINS e 0% ISS, 0% PIS e 0% COFINS para SVAs.

VENCIMENTO
21/10/2025

VALOR A PAGAR (R\$)
296,00

MEIO DE PAGAMENTO: DÉBITO AUTOMÁTICO
ENVIO DA FATURA: E-MAIL

OS BENEFÍCIOS DO CELULAR RENOVM TODO DIA: 06



SEUS NÚMEROS VIVO

Tel. Fixo: 31-3090-6451 | Tel. Celular: 31-99615-6157,
31-99775-6157, 31-97122-6893 (Caso você tenha mais linhas,
consulte o detalhamento no App Vivo)



SUAS BONIFICAÇÕES

Celular Vivo: 2 Linha Adicional | 3 Bônus Conta Digital 3GB | 1
Bônus Pagamento Digital

Pelo aplicativo, você também pode:

- Verificar a distribuição de franquia de dados entre titular e dependentes no Multivivo Cotas
- Aproveitar os benefícios do Vivo Valoriza



FALE COM A GENTE

Para os serviços da casa: Whatsapp
11 99915-1515 ou ligando para 10315.
Para os serviços do celular: *8486 do seu celular Vivo
Se tem necessidades específica de acessibilidade para
fala e/ou audição: 142
Ou acesse a Central de Intermediação em Libras
disponível em nosso site.

Autenticação Mecânica

CONTA EM DÉBITO AUTOMÁTICO
Banco Do Brasil, Agência 7151

Destaque aqui



FAUSTO VARELA CANKADO

Vencimento
21/10/2025

Total a Pagar - R\$
296,00

Cód. Débito Automático

Nº da Conta

Nº da Fatura

Mês Referência



DECLARAÇÃO DE ATUAÇÃO DA ENTIDADE

DECLARO, para os devidos fins, que:

O **SINDICATO DA INDÚSTRIA DO FERRO NO ESTADO DE MINAS GERAIS– SINDIFER** atua de forma atuante, representativa e continua no estado de MG há mais de três anos, com expressiva participação nas atividades da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG, em especial nas seguintes Câmaras da Indústria:

Câmara da Indústria de Base Florestal;
Câmara da Indústria de Metalurgia, Siderurgia e Mineração;
Conselho de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;
Conselho de Relações Internacionais.

As referidas Câmaras têm por missão contribuir para a competitividade da indústria mineira, promovendo o debate técnico e estratégico, o fomento à inovação e à sustentabilidade e a articulação institucional entre representantes do setor produtivo e do poder público.

Os referidos Conselhos têm por finalidade assessorar a Presidência da FIEMG na formulação de estratégias e políticas institucionais, fortalecendo a representatividade do setor industrial e contribuindo para a melhoria do ambiente de negócios. Atuando na identificação de demandas e na proposição de soluções, promovem maior alinhamento das ações do Sistema FIEMG à realidade industrial, ampliando a eficiência, a competitividade e a produtividade do setor.

No âmbito dessas instâncias, o **SINDIFER** tem participação ativa nas discussões e deliberações, colaborando com proposições de políticas setoriais, ações voltadas ao fortalecimento da indústria e iniciativas que contribuem para o desenvolvimento urbano e regional.

Destaca-se a atuação constante dos representantes do Sindicato nas Câmaras e Conselhos mencionados, participando de forma estratégica nas discussões e encaminhamentos que visam ao aprimoramento das políticas industriais, de infraestrutura e de desenvolvimento urbano do Estado.

Declaro, ainda, estar ciente de que a inveracidade das informações aqui prestadas acarretará as consequências administrativas cabíveis e tornará nula de pleno direito a inscrição da entidade.

Documento assinado digitalmente

gov.br

TANIA MARA APARECIDA COSTA SANTOS

Atenciosamente,
Tânia Mara Aparecida Costa Santos
Gerência de Câmaras e Conselhos



Mini currículo

Nome: Fausto Varela Cançado

Graduação: Engenharia Civil – Formado pela UFMG – em 1977)

Especializações: - MBA em Gestão, Fundação Getúlio Vargas (FGV);
- “International Strategic Business Leadership”, Ohio University (USA).

Atividades atuais:

- Presidente do Sindicato da Indústria do Ferro no Estado de Minas Gerais – SINDIFER – 6º. Mandato
Entidade sindical que representa as indústrias produtoras de Ferro Gusa em Minas Gerais; Tem como associadas indústrias de outros estados, sendo 2 (duas) no Espírito Santo e 2 (duas) no Mato Grosso do Sul, além de 4 (quatro) produtoras de aço em Minas Gerais.
- Presidente do CIEMG – Centro Industrial e Empresarial de Minas Gerais -1º. Mandato
Entidade vinculada à FIEMG – Federação das Indústria do Estado de Minas Gerais – que tem como objetivo ser o elo da cadeia produtiva da indústria, podendo ter como associados empresas de todos os segmentos que têm sinergia, como: comércio, transportes, serviços, agrícola etc.
Atua na Representatividade Institucional, no desenvolvimento de lideranças, na prestação de serviços especializados a empresas etc.
- Membro Titular do Conselho de Representantes da FIEMG – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais.
- Presidente da Câmara da Indústria de Base Florestal, da FIEMG;
A câmara é multissetorial e reúne os sindicatos e empresas dos setores que utilizam a madeira, in natura ou transformada, como insumo. Também participam representantes do governo/secretarias, universidades entidades com sinergia ao tema, empresas fornecedoras etc.
- Socio diretor da “F e A – Administração, Consultoria e engenharia S/S”.
Administra empreendimentos, presta serviço de consultoria, assessoria a empresas em diversas áreas
- Vice-presidente do Conselho de Administração da Cooperativa de Crédito das Indústrias de Minas Gerais - CREDIFIEMG.
- Membro da Diretoria Adjunta da Associação Brasileira de Fundição – ABIFA
Entidade de representação institucional e técnica das indústrias de produção de Ferro Fundido, em nível nacional.
- Membro Titular do Conselho Deliberativo do SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – de Minas Gerais
- Membro do Conselho Deliberativo do SINDIFER Sindicato da Indústria do Ferro no Estado de Minas Gerais
- Membro do Conselho Permanente da ACID -Assoc Comercial, Industrial, Agropecuária e de Serviços de Divinópolis - MG

Outras experiências profissionais que desempenhou:

- Executivo de empresas de médio e grande porte
 - Unimed Divinópolis – Cooperativa de Trabalho Médico Ltda.
 - Refrigerantes Minas Gerais – Fabricante de Coca Cola
 - Cervejaria Kaiser S/A
 - Central Beton S/A
 - CGS – Construtora Gonçalves Soares

Experiências Acadêmicas

- Professor Local da FGV Fundação Getúlio Vargas para as disciplinas:
 - Planejando Estrategicamente Empresas
 - Business Game
 - Orientação para o TCC



**Sindicato da Indústria do Ferro
no Estado de Minas Gerais**



TERMO DE POSSE

No dia 28 (vinte e oito) de novembro de 2022, na Rua Alagoas, 1000, salas 401-407, no município de Belo Horizonte - MG, foram empossados o novo Presidente do **SINDICATO DA INDÚSTRIA DO FERRO NO ESTADO DE MINAS GERAIS**, bem como os Delegados junto ao Conselho de Representantes da Federação da Indústria do Estado de Minas Gerais, para o próximo triênio - **2022/2025**, iniciando o mandato em **28 de novembro de 2022 e encerrando em 27 de novembro de 2025**; assinando todos os eleitos o presente **TERMO DE POSSE**, através do qual prometem respeitar o exercício do Mandato, a Constituição, as Leis vigentes e o Estatuto da Entidade.

Belo Horizonte, 28 de novembro de 2022.

PRESIDENTE DO SINDICATO DA INDÚSTRIA DO FERRO NO ESTADO DE MINAS GERAIS:

p.P. FAUSTO VARELA CANÇADO
PRESIDENTE DO SINDICATO

RG: [REDACTED]

EMPRESA: METALSIDER LTDA., CNPJ 17.635.277/0001-93

DELEGADOS JUNTO AO CONSELHO DE REPRESENTANTES DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE MINAS GERAIS:

BRUNO MELO LIMA
1º DELEGADO TITULAR

RG: [REDACTED]

EMPRESA: METALSIDER LTDA., CNPJ 17.635.277/0001-93

p.P. FAUSTO VARELA CANÇADO
2º DELEGADO TITULAR:

RG: [REDACTED]

EMPRESA: METALSIDER LTDA., CNPJ 17.635.277/0001-93

LUIZ FELIPE BHERING DE CARVALHO
1º DELEGADO SUPLENTE

RG: [REDACTED]

EMPRESA: CITYGUSA SIDERURGIA LTDA., CNPJ 02.167.722/0001-60

LÚCIO FLÁVIO DE MOURA
MEMBRO DO CONSELHO DELIBERATIVO

RG: [REDACTED]

EMPRESA: GELF SIDERURGIA S.A., CNPJ 20.388.757/0001-01

Rua Alagoas, 1000 – Salas 401 a 407 – Funcionários – Belo Horizonte / MG

CNPJ 30.130-160 – Telefone: +55 31 3071-6161

e-mail: sindifer@sindifer.com.br – www.sindifer.com.br



SINDICATO DA INDÚSTRIA DO FERRO NO ESTADO DE MINAS GERAIS**AVERBADO(A)** sob o nº 384, no registro 73854, no Livro A, em 15/12/2022

Belo Horizonte, 15/12/2022

Emol:(6101-0) R\$ 133.32 TFI: R\$ 48.06 Rec: R\$ 8.00 Iss:5.67 - Total: R\$ 196.04

Emol:(6101-8) R\$ 7.94 TFI: R\$ 2.64 Rec: R\$ 0.48 Iss:0.40 - Total: R\$ 11.46

Escritores: () José Nadi Néri - Oficial (x) Ana Paula Néri Silveira - Escrivente Substituta
() Anibal Skackauskas Dias Da Silva () Eden Silva Pinto De Carvalho**SINDICATO DA INDÚSTRIA DO FERRO NO ESTADO DE MINAS GERAIS****AVERBAÇÃO** nº 384, no registro 73854, no Livro A, Examinada, Conferida e qualificada.

Belo Horizonte, 15/12/2022

Emol:(6601-9) R\$ 21.97 TFI: R\$ 6.70 Rec: R\$ 1.31 Iss:1.09 - Total: R\$ 30.97

Escritores: () José Nadi Néri - Oficial (x) Ana Paula Néri Silveira - Escrivente Substituta
() Anibal Skackauskas Dias Da Silva () Eden Silva Pinto De Carvalho**PODER JUDICIÁRIO - TJMG**
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte - MGSelo Eletrônico Nº **GHO18068**Cód. Seg.: **8579.1866.0074.6900**Quantidade de Atos Praticados: **00002**Atos(s) Praticado(s) por: **Luiza Passos - Auxiliar**

Emol:R\$ 149.74 TFI: R\$ 50.69 Total: R\$ 200.43 ISS: R\$ 7.07

Consulta a validade deste Selo no site <https://selos.tjmg.jus.br>**PODER JUDICIÁRIO - TJMG**
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte - MGSelo Eletrônico Nº **GHO18070**Cód. Seg.: **1493.9401.8932.9554**Quantidade de Atos Praticados: **00001**Atos(s) Praticado(s) por: **Isabella Aquino - Auxiliar**

Emol:R\$ 23.18 TFI: R\$ 6.70 Total: R\$ 29.88 ISS: R\$ 1.09

Consulta a validade deste Selo no site <https://selos.tjmg.jus.br>